

PLANO DE ENSINO

1º SEMESTRE

Disciplina: INTRODUÇÃO AO DIREITO I - D

Código: 60-610

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA:

Conceito de Direito. Fundamentos de Direito. Elementos formais e constitutivos do Direito. O Direito como fenômeno cultural. O Discurso Jurídico em suas perspectivas. A ideia de Justiça. Direito Objetivo e Subjetivo. Ordenamento Jurídico.

OBJETIVOS:

Analisar a problemática do Direito dentro de uma visão de conjunto, a partir de suas raízes históricas, sociológicas e filosóficas;

Estudar e refletir sobre as noções, conceitos e princípios fundamentais necessários ao raciocínio jurídico e a compreensão do Direito na totalidade de seus aspectos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 O CONCEITO DE DIREITO

- 1.1 Origem do vocábulo Direito
- 1.2 Pluralidade de significação do Direito
- 1.3 Direito como Ciência
- 1.4 Ética e Direito
- 1.5 A Teoria do Direito

2 FUNDAMENTOS DO DIREITO

- 2.1 Escolas do Direito
- 2.2 Jusnaturalismo
- 2.3 Exegetismo
- 2.4 Historicismo
- 2.5 Positivismo
- 2.6 Sociologismo
- 2.7 Normativismo
- 2.8 Egologismo
- 2.9 Teoria Tridimensional
- 2.10 Teoria da Linguagem
- 2.11 O pensamento de Bobbio
- 2.12 Teoria da Decidibilidade
- 2.13 Aspectos Epistemológicos do discurso jurídico

3 ELEMENTOS FORMAIS E CONSTITUTIVOS DO DIREITO

- 3.1 Conceituações
- 3.2 Elementos do direito e ideia de justiça
- 3.3 A matéria social e a técnica jurídica

4 DIREITO COMO FENÔMENO CULTURAL

- 4.1 O Direito como processo cultural
- 4.2 Historicidade do Direito
- 4.3 A Interdisciplinaridade e saber jurídico

5 O DISCURSO JURÍDICO EM SUAS PERSPECTIVAS

- 5.1 Perspectiva dogmática
- 5.2 Perspectiva filosófica
- 5.3 Perspectiva sociológica

6 A IDÉIA DE JUSTIÇA

6.1 Noção de Justiça

6.2 Área de atuação da justiça

6.3 Equidade

6.4 Formas de justiça

7 DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO

7.1 Definições

7.2 Elementos

7.3 Para a escola tradicional

7.4 Para Pontes de Miranda

7.5 Visão de Hans Kelsen

8 ORDENAMENTO JURÍDICO

8.1 Conceito

8.2 Divisão público e privado

8.3 Direitos difusos

8.4 Normas transnacionais

8.5 Os vários ramos jurídicos

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA (TGE)-D

Código: 60-611

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA:

Ciência Política: Categorias, conceitos e problemas básicos. (Teoria Geral do Estado).

OBJETIVO:

Proporcionar ao aluno o conhecimento de noções básicas da Teoria do Estado, sob as óticas: social, política e jurídica, familiarizando-o, assim, com aspectos teóricos do Direito Constitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 CIÊNCIA POLÍTICA

1.1 A importância da Ciência Política

1.2 Ciência Política e as demais ciências sociais.

2 SOCIEDADE

2.1 Origem da sociedade

2.2 A sociedade e seus elementos característicos

2.3 O poder social

3 AUTORIDADE E PODER

3.1 Conceito de autoridade

3.2 A relação de autoridade e a sua manutenção

3.3 Conceito de poder

3.4 Formas e fontes de poder

3.5 Práticas do poder

3.6 O poder no século XXI

4 O ESTADO NA TEORIA POLÍTICA

4.1. Origem, justificação

4.2. Teoria do Estado

4.3. Personalidade estatal

4.4. A idéia de Estado na História

4.5. Elementos constitutivos do Estado

4.6 Formação, modificação e extinção de Estados

4.7 Estado Absolutista, Liberal, Social, Contemporâneo, do Bem-Estar- Social

4.8 Estado democrático de Direito

5 CRISES DO ESTADO

5.1. A crise conceitual

5.2. A crise estrutural

5.3. A crise constitucional

5.4. A crise funcional

6 ESTADO E GOVERNO

6.1. Formas de Estado

6.2 Formas de Governo

6.3 Sistemas de Governo

7 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

7.1 Partidos políticos

7.2 Sistemas eleitorais

7.3 Mandato

8 OPINIÃO PÚBLICA

8.1 A opinião pública e o papel da mídia

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: HISTÓRIA DO DIREITO - D

Código: 60-612

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Visão Analítico-Sintética da formação e evolução do Direito em suas Instituições Político-Sociais, bem como de suas doutrinas, desde sua origem.

OBJETIVO

Estudar a evolução do Direito em suas Instituições Político-Sociais a partir das comunidades primitivas até contemporaneidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 DIREITO E JUSTIÇA NAS COMUNIDADES PRIMITIVAS

1.1 A solução dos conflitos

1.2 O poder

1.3 A propriedade

1.4 O direito entre povos nômades e sedentários

2 O CÓDIGO DE HAMURABI

2.1 Principais valores tutelados

2.2 Sistema de proteção á propriedade

2.3 Os contratos

2.4 Crimes e penas

2.5 Classes sociais

2.6 A situação da mulher

2.7 Avanços em relação às sociedades primitivas

3. O CÓDIGO DE MANU

3.1 Sociedades por classes sociais, estamentos e castas

3.2 A organização social numa sociedade por castas

3.3 Implicações no Direito, numa sociedade por castas

3.4 Os brâmanes

3.5 A situação da família e da mulher

3.6 Crimes e penas

4. O DIREITO HEBREU

4.1 Situação histórica dos hebreus

4.2 Os dez mandamentos

4.3 Principais valores tutelados entre os hebreus

4.5 A preocupação com a justiça social e medidas adotadas

4.6 A família entre os hebreus

4.7 O sistema tributário entre os hebreus

4.8 Sistema penal e cidades de refúgio

4.9 A situação da mulher entre os hebreus

5 O DIREITO GREGO

5.1 A organização do poder entre atenienses e espartanos

5.2 As classes sociais em Esparta e Atenas

6 A LEI DAS XII TÁBUAS

6.1 Contexto histórico

6.2 Valores tutelados

6.3 A ausência do Estado Romano na administração da justiça

6.4 Crimes e penas

6.5 Dívidas e sua execução

7 O CRISTIANISMO

- 7.1 Novos valores
- 7.2 Conflitos com o Império Romano
- 7.3 Poder civil e poder religioso
- 7.4 O triunfo do cristianismo
- 7.5 Implicações no Direito
- 7.6 O poder e a organização social na visão do cristianismo
- 8 O ISLAMISMO
 - 8.1 Contexto histórico
 - 8.2 Valores tutelados
 - 8.3 A influência religiosa nos assuntos do Direito
 - 8.4 A situação da mulher no islamismo
 - 8.5 A família islâmica
- 9 A MAGNA CARTA
 - 9.1 Contexto histórico
 - 9.2 Principais inovações
 - 9.3 Garantias e liberdades
 - 9.4 Avanços e conquistas para o Direito. O sistema tributário
 - 9.5 Influências da Magna Carta
- 10 O ILUMINISMO
 - 10.1 Beccaria e a nova visão do Direito Penal
 - 10.2 Principais ideias de Thomas Hobbes, Thomas Morus, Montesquieu, Rousseau, Voltaire e Maquiavel
 - 10.3 O Estado Liberal Moderno
 - 10.4 Influências do Iluminismo
- 11. AS DECLARAÇÕES DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO
 - 11.1 A Revolução Francesa
 - 11.2 Princípios, direitos e Garantias
 - 11.3 O Poder e a organização do Estado
 - 11.4 Influências das Declarações dos Direitos do Homem e do Cidadão
- 12 O DIREITO NO BRASIL COLÔNIA
 - 12.1 As Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas
 - 12.2 Organização local no Brasil antes da independência
 - 12.3 A carta constitucional de 1824
 - 12.4 Direitos e Garantias na Carta de 1824
 - 12.5 A organização administrativa do Império do Brasil

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO ROMANO - D

Código: 60-613

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Institutos Jurídicos do Direito Romano.

OBJETIVOS

Estudar os institutos jurídicos fundamentais do Direito Romano, com especial atenção às fontes e à evolução dos mesmos ao longo do tempo e a influência exercida, de forma geral, nos vários ordenamentos e, em particular, no ordenamento jurídico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PARTE GERAL

- 1.1 Conceitos básicos
- 1.2 Direito Romano
- 1.3 História do Direito Romano: divisões dos períodos históricos
- 1.4 Fontes do Direito Romano
- 1.5 Fontes do Direito Romano na Realeza
- 1.6 Fontes do Direito Romano na República
- 1.7 Fontes do Direito Romano no Alto Império
- 1.8 Fontes do Direito Romano no Baixo Império
- 1.9 Direito e Moral Direito e Religião
- 1.10 Interpretação dos preceitos jurídicos segundo o Direito Romano
- 1.11 Sujeitos de direito e capacidade jurídica
- 1.12 Requisitos da personalidade
- 1.13 Causas modificadoras da capacidade civil
- 1.14 Pessoas jurídicas
- 1.15 Aquisição e perda de direito
- 1.16 Noções fundamentais de Fatos jurídicos e Atos jurídicos

2 DIREITO DE FAMÍLIA

- 2.1 Os esponsais, o matrimônio e o concubinato
- 2.2 Entrada na família
- 2.3 Filiação legítima e natural Legitimação
- 2.4 Adoção e ad-rogação
- 2.5 Conventio in manum
- 2.6 A potestas do paterfamilias
- 2.7 Diferenças com o atual poder familiar
- 2.8 Extinção da patria potestas
- 2.9 Emancipação A tutela e a curatela

3 NOÇÕES ELEMENTARES DE DIREITO DAS COISAS, DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E DIREITO DAS SUCESSÕES NO DIREITO ROMANO

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: FILOSOFIA

Código: 73-725

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Introduzir o aluno à filosofia, sua existência e a necessidade de iniciar-se no seu estudo através dos caminhos possíveis a sua iniciação. Discute o que tem sido filosofia com atitudes e interpretação do mundo. Trata, ainda, da filosofia do nosso tempo a partir da reflexão sobre questões que dão conta da contextualização do mundo contemporâneo (questões definidas tendo em vista a conjuntura histórica atual, a natureza do curso e as necessidades dos alunos) bem como introduz o estudo do movimento filosófico que sustenta as contradições de nossa época.

OBJETIVOS

Estudar e compreender sobre a importância da Filosofia, sua origem, seus conceitos e fundamentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 A FILOSOFIA COMO REFLEXÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA EXPERIÊNCIA HUMANAS

- 1.1 A distinção da filosofia em relação a outros modos de racionalidade
- 1.2 A origem da filosofia no contexto grego de valorização da retórica sofística
- 1.3 As grandes e clássicas questões da filosofia: ser, conhecer, dever
- 1.4 Os paradigmas objetivistas e da linguagem
- 1.5 Métodos mais usados na filosofia: analítica, dialética hermenêutica
- 1.6 Velhos problemas sob novas formulações: o debate filosófico na atualidade

2 EM BUSCA DE UMA FUNDAMENTAÇÃO NÃO-TEOLÓGICA DA ÉTICA

- 2.1 A atual inadequação das éticas teologicamente fundadas
- 2.2 Os limites do contratualismo e do utilitarismo, em ética
- 2.3 O apriori existencial (Heidegger) e a possibilidade da conduta moral
- 2.4 O conteúdo do imperativo categórico Kantiano e a fundamentação da ética (Tugendhat)
- 2.5 As grandes formulações éticas contemporâneas (Pegoraro).

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CIVIL I (Parte Geral I)

Código: 60-614

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Fontes do Direito. Vigência, interpretação e integração da norma jurídica. Código Civil Brasileiro. As pessoas. Domicílio Civil. Os Bens. As coisas fungíveis e infungíveis. O bem de família.

OBJETIVOS

Oportunizar ao aluno o estudo da pessoa e sua personalidade, sua inter relação com seu domicílio e as coisas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 FONTES DO DIREITO CIVIL

- 1.1 Evolução histórica do direito civil brasileiro
- 1.2 A Transição da idade média
- 1.3 Direito romano, direito germânico e direito canônico.
- 1.4 Evolução e características do antigo direito português
- 1.5 A Codificação do direito português
- 1.6 Direito brasileiro
- 1.7 Código civil brasileiro
- 1.8 As tentativas de codificação do direito civil brasileiro
- 1.9 Código civil brasileiro: elaboração e estrutura
- 1.10 A posição do direito civil como ramo do direito privado no quadro geral do direito

2 VIGÊNCIA, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS DE DIREITO CIVIL

- 2.1 Conteúdo e funções da lei de introdução
- 2.2 Aplicação das normas jurídicas
- 2.3 A interpretação das normas
- 2.4 A integração da norma jurídica
- 2.5 Vigência da norma jurídica no tempo e no espaço

3 DAS PESSOAS NATURAIS

- 3.1 Da personalidade e da capacidade
- 3.2 Os direitos da personalidade
- 3.3 Da ausência
- 3.4 Curadoria dos bens do ausente
- 3.5 Sucessão provisória
- 3.6 Sucessão definitiva

4 DAS PESSOAS JURÍDICAS

- 4.1 Das associações
- 4.2 Das sociedades
- 4.3 Das fundações

5 DO DOMICÍLIO CIVIL

- 5.1 Residência
- 5.2 Domicílio civil
- 5.3 Domicílio legal
- 5.4 Domicílio convencional

6 DOS BENS

- 6.1 Conceito
- 6.2 Classificação
 - 6.2.1 Dos bens considerados em si mesmos
 - 6.2.2 Os bens móveis e imóveis
 - 6.2.3 Bens consumíveis e inconsumíveis

- 6.2.4 Bens fungíveis e infungíveis
- 6.2.5 Bens divisíveis e indivisíveis
- 6.2.6 Bens singulares e coletivos
- 6.2.7 Dos bens reciprocamente considerados
- 6.2.8 Bens públicos e particulares

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

2º SEMESTRE

Disciplina: INTRODUÇÃO AO DIREITO II -D

Código: 60-615

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Fontes do Direito. Teoria da Norma Jurídica. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Relação Jurídica.

OBJETIVOS

Estudar e compreender as fontes do Direito, a Teoria da Norma Jurídica e a Relação Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 FONTES DO DIREITO

- 1.1 Teoria das fontes
- 1.2 Espécie de fontes
- 1.3 Fontes não-estatais
- 1.4 Fontes negociais
- 1.5 Fontes formais e materiais, perspectivas filosóficas, sociológicas e jurídicas

2 LEI

- 2.1 Sentido e acepções da palavra
- 2.2 Definição
- 2.3 Elementos
- 2.4 A Lei em geral
- 2.5 As diversas espécies de Lei

3 COSTUME JURÍDICO

- 3.1 Costume como fonte de Direito
- 3.2 Elementos
- 3.3 Espécies

4 JURISPRUDÊNCIA

- 4.1 Definições
- 4.2 A tópica Aristotélica e a Jurisprudência
- 4.3 A Jurisprudência como fonte do direito
- 4.4 As súmulas dos tribunais
- 4.5 A súmula vinculante

5 DOCTRINA

- 5.1 Conceituação
- 5.2 Como fonte do direito
- 5.3 A doutrina e a função social da norma jurídica
- 5.4 A doutrina e a decidibilidade

6 TEORIA DA NORMA JURÍDICA

- 6.2 conceito de norma jurídica elementos
- 6.3 Características da norma Jurídica

7 CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

- 7.1 Quanto à hierarquia
- 7.2 Quanto às fontes
- 7.3 Quanto à imperatividade
- 7.4 Quanto à vontade das partes
- 7.5 Quanto ao âmbito espacial
- 7.6 Quanto à sanção

7.7 Classificação de Garcia Maynes

8 COMENTÁRIOS À LEI DE INTRODUÇÃO E NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

8.1 Âmbitos da norma Jurídica

8.2 Existência.

8.3 Vigência

8.4 Antinomia das Leis

8.5 Validade

8.6 Efetividade

8.7 Eficácia

9 DESCONHECIMENTO DA NORMA JURÍDICA

10 INTEGRAÇÃO DAS NORMAS

10.1 Conceito

10.2 Formas de Integração

10.3 Equidade

11 APLICAÇÃO DAS NORMAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

11.1 Conceituação

11.2 Lei de Introdução ao Código Civil

11.3 Vigência no tempo e no espaço

11.4 Lacunas

11.5 A figura da integração

12 RELAÇÃO JURÍDICA

12.1 Conceito

12.2 Elementos da relação jurídica

12.3 Classificações

12.4 Nascimento da relação jurídica

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL I-D

Código: 60-616

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Teoria Constitucional. Direito Constitucional. Poder constituinte. Constituição. Revisão e alteração constitucional. Históricos das constituições brasileiras. Estudo da atual Constituição Federal, nos aspectos relacionados com os princípios fundamentais, os direitos e garantias fundamentais.

OBJETIVOS

Proporcionar aos alunos o conhecimento das ideias que norteiam o constitucionalismo, assim também como a evolução dessas ideias, abrangendo um retrospecto histórico das Constituições Brasileiras, preparando o estudo do Direito Constitucional Positivo;

Oportunizar aos alunos a compreensão do Sistema Constitucional Brasileiro, em seu todo, proporcionando elementos para uma melhor compreensão dos outros ramos do Direito, através do domínio das normas fundamentais objeto de estudo no Direito Constitucional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 TEORIA CONSTITUCIONAL

2 O CONSTITUCIONALISMO

3 DIREITO CONSTITUCIONAL

4 CONSTITUIÇÃO

5 PODER CONSTITUINTE

6 REVISÃO E ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL

7 EVOLUÇÃO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DO BRASIL. AS CONSTITUIÇÕES DE 1824, 1891, 1934, 1946, 1967 E SUAS EMENDAS. A CONSTITUIÇÃO DE 1988

8 ESTUDO DA ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL NOS ASPECTOS RELACIONADOS COM OS SEGUINTE TEMAS

8.1 Princípios fundamentais

8.2 Direito e garantias fundamentais

8.1 Direitos e deveres individuais e coletivos

8.2 Direitos sociais

8.3 Nacionalidade

8.4 Direitos políticos

8.5 Partidos políticos

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CIVIL II-D (Parte Geral II)

Código: 60-617

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Fatos jurídicos naturais e humanos. Atos jurídicos. Plano do Mundo Jurídico: existência, validade e eficácia. Dos Atos Ilícitos. Da Prescrição e Decadência.

OBJETIVOS

Proporcionar ao aluno o conhecimento dos fatos, de sua importância para a formação e interpretação do direito e a influência do tempo no campo do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONCEITO E ESTRUTURA DO FATO JURÍDICO

- 1.1 Os fenômenos naturais e sociais
- 1.2 A necessidade do direito
- 1.3 O mundo fático e o mundo jurídico
- 1.4 Conceito de fato jurídico
- 1.5 O suporte fático
- 1.6 Elementos do suporte fático
- 1.7 Elementos nucleares
 - 1.7.1 Elementos complementares
 - 1.7.2 Elementos integrativos
 - 1.7.3 Os elementos acidentais do fato jurídico
 - 1.7.3.1 Condição
 - 1.7.3.1.1 As condições quanto à sua natureza
 - 1.7.3.1.2 As condições quanto ao seu objeto
 - 1.7.3.1.3 As condições quanto à sua finalidade
 - 1.7.3.2 Modo ou encargo
 - 1.7.3.3 Termo

2 CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS

- 2.1 Considerações gerais
- 2.2 Fato jurídico natural
- 2.3 Fatos jurídicos naturais ordinários
- 2.4 Fatos jurídicos naturais extraordinários
- 2.5 Conceito jurídico de prescrição e decadência
- 2.6 A relação comparativa entre decadência e prescrição
- 2.7 Prazos decadenciais e prescricionais
- 2.8 Fatos impeditivos, suspensivos e interruptivos
- 2.9 Fatos jurídicos humanos
- 2.10 Fato jurídico lícito
- 2.11 Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais
- 2.12 Concepções subjetivistas
- 2.13 Concepções objetivistas
- 2.14 Fato jurídico humano ilícito
- 2.15 A antijuridicidade
- 2.16 A ilicitude
- 2.17 Os elementos constitutivos do ato ilícito
- 2.17 As modalidades de ilícitos

3 SISTEMA ABERTO E A CLÁUSULA GERAL DA BOA-FÉ

- 3.1 Conceito de cláusula geral
- 3.2 Perfil das cláusulas gerais

- 3.3 Origem das cláusulas gerais
- 3.4 Cláusula geral enquanto técnica legislativa
- 3.5 A linguagem e as funções da cláusulas gerais
- 3.6 Precisos conceituais
- 3.7 Estrutura e função das cláusulas gerais
- 2.8 As cláusulas gerais no Novo Código Civil
- 3.9 A aplicação das cláusulas gerais
- 4 DOS PLANOS DO MUNDO JURÍDICO
- 4.1 O plano da existência
- 4.1.1 Considerações gerais
- 4.1.2 O fenômeno da juridicização
- 4.2 Do Plano da Validade
- 4.2.1 A validade dos atos jurídicos
- 4.2.2 Considerações gerais
- 4.2.3 Conceito de validade
- 4.3 Os pressupostos subjetivos de validade do ato jurídico
- 4.4 Os pressupostos da capacidade de agir
- 4.4.1 O pressuposto da legitimação
- 4.5 Os elementos essenciais genéricos dos atos jurídicos
- 4.6 Os pressupostos de liceidade do objeto
- 4.7 Os pressupostos de possibilidade do objeto
- 4.8 Os pressupostos de formalidades
- 4.9 Os elementos essenciais específicos dos atos jurídicos.
- 4.10 A invalidade dos atos jurídicos
- 4.10.1 Conceito e fatores da invalidade
- 4.10.2 Os graus e espécies de invalidade
- 4.10.3 Os efeitos jurídicos da invalidade
- 4.11 A nulidade do ato jurídico
- 4.11.1 Noções gerais de nulidade
- 4.11.2 A incapacidade do sujeito
- 4.11.3 A ilicitude do objeto
- 4.11.4 A impossibilidade do objeto
- 4.11.5 A inobservância da formalidade legal
- 4.12 Anulabilidade do ato jurídico
- 4.12.1 Noções gerais de anulabilidade
- 4.12.2 Os defeitos da vontade nos negócios jurídicos
- 4.12.3 Os vícios de consentimento
- 4.12.4 Os vícios sociais
- 4.13 O Plano da eficácia
- 4.13.1 Considerações gerais
- 4.13.2 Os efeitos jurídicos

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de

produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA

Código: 81-101

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Aprimoramento da leitura compreensiva, interpretativa e crítica de textos persuasivos, informativos e técnicos, tendo em vista a produção dessa tipologia textual em conformidade com a gramática de uso.

OBJETIVOS

Levar o aluno a compreender a gramática de sua língua e o seu funcionamento nas diferentes situações de comunicação, qualificando-lhe o desempenho linguístico mediante o conhecimento formal de princípios gramaticais relativos à sintaxe, à morfologia, à fonologia e ao vocabulário, adotando-se para tanto uma metodologia através da qual se evidencie a identidade entre língua e gramática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PRÁTICA DA LEITURA PARA

- 1.1 Compreender ideias básicas do texto
- 1.2 Interpretar fatos e fazer relações
- 1.3 Desvelar contradições subjacentes ao texto
- 1.4 Posicionar-se frente ao texto lido
- 1.5 Preparar a produção do texto oral e escrito

2 TIPOLOGIA TEXTUAL

- 2.1 Textos formativos
- 2.2 Textos informativos
- 2.3 Textos técnicos

3 PRODUÇÃO TEXTUAL (ORAL E ESCRITA)

- 3.1 Produção de textos adequada à finalidade, à situação e ao destinatário
- 3.2 Produção de textos Narrativos, Descritivos, Dissertativos, Argumentativos
- 3.3 Produção de textos publicitários, instrucionais e técnicos
- 3.5 Forma e conteúdo dos textos de uso jurídico
- 3.6 Recurso e estratégias para a elaboração de textos de uso jurídico

4 ANÁLISE LINGUÍSTICA DOS TEXTOS PRODUZIDOS PELO ALUNO, COMPREENDENDO

- 4.1 Aspectos de estrutura textual interna
- 4.2 Aspectos de ordem morfossintática
- 4.3 Aspectos de ordem fonológica
- 4.4 Aspectos de ordem semântica

5 ELEMENTOS DE ORATÓRIA

- 5.1 Técnicas da Oratória
 - 5.1.1 Domínio psicológico do público
 - 5.1.2 Postura pessoal
 - 5.1.3 Tema
 - 5.1.4 Desempenho linguístico
- 5.2 Atributos de um bom orador
 - 5.2.1 Credibilidade
 - 5.2.2 Voz
 - 5.2.3 Vocabulário
 - 5.2.4 Postura pessoal, gesticulação
- 5.3 O medo de falar em público
- 5.4 Qualidades para falar melhor
- 5.5 Orador, discurso e técnicas de apresentação do discurso

5.6 Exercícios de prática de oratória

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Código: 70.427

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Reflexões sobre a produção do conhecimento, sua difusão e incorporação. Sentido e perspectiva do ensino Universitário: a tríplice missão: ensino, pesquisa e extensão. O método científico. A produção científica. A comunidade científica. Trabalhos acadêmicos. Instrumentalização metodológica.

OBJETIVO

Instrumentalizar e orientar na adoção de um comportamento metodológico e científico na busca da construção do conhecimento, sistematizando, discutindo os fundamentos e princípios da ciência, relacionando-os com a missão da universidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 METODOLOGIA CIENTIFICA E UNIVERSIDADE
- 2 A ORGANIZAÇÃO DA VIDA DE ESTUDOS NA UNIVERSIDADE
- 3 DIRETRIZES PARA A LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS
- 4 A NATUREZA DO CONHECIMENTO: TIPOS E NÍVEIS
- 5 OS PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO CIENTIFICA
- 6 TRABALHOS DIDÁTICOS
- 7 NORMATIZAÇÃO CIENTIFICA
- 8 SISTEMATIZAÇÃO DE TEXTOS E MEIOS ELETRÔNICOS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

- Participação;
- Seminários;
- Provas;
- Estudo de casos.

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA

Código: 70-378

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

O método científico e a prática da pesquisa. Função social da pesquisa. Tipos e características da pesquisa. Instrumentalização metodológica. Projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa.

OBJETIVOS

- Instrumentalizar o aluno para que este, ao final do semestre, seja capaz de compreender, planejar, executar e sistematizar um trabalho científico;
- Despertar no aluno o espírito e atitudes científicas;
- Analisar a função social da pesquisa como descoberta e criação;
- Distinguir as etapas lógicas do processo de pesquisa;
- Conhecer os aspectos básicos da metodologia de pesquisa;
- Elaborar projetos de pesquisa;
- Saber executar e sistematizar os mesmos, revelando domínio nas normas básicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 A EVOLUCAO DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE

1.1 A tríplice missão universitária: ensino, pesquisa e extensão

1.2 A pesquisa como descoberta e criação

1.3 A função social da pesquisa

2 NOÇÕES GERAIS SOBRE PESQUISA

2.1 Tipos de pesquisa.

2.2 Elaboração do projeto de pesquisa

2.3 O trabalho de campo como descoberta e criação

3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

3.1 Estrutura do trabalho científico

3.2 Apresentação do trabalho científico

3.3 Elementos complementares

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será realizada através de trabalhos, relatórios, elaboração de projetos e avaliação escrita.

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA - D

Código: 60-618

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Noções gerais de economia política. Desenvolvimento histórico da economia e suas relações com as demais ciências. Os conceitos fundamentais da economia política. Os fatores da produção.

OBJETIVOS

Transmitir conhecimentos teórico-científicos da ciência econômica, através de seus princípios básicos e teoremas fundamentais integrando o profissional do Direito dentro do sistema de mercado na política nacional e internacional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1 NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA POLÍTICA

2 DIVISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

2.1 A Produção

2.2 A natureza

2.3 O trabalho

2.4 O capital

2.5 A empresa

2.6 A tecnologia

2.7 A distribuição ou repartição

2.8 A circulação

2.9 A demanda e a oferta

2.10 Os mercados

2.11 Os preços

2.12 O dinheiro e o crédito

2.13 O equilíbrio

2.14 A demanda e a oferta agregada

2.15 A estabilidade da moeda e a inflação

2.16 O consumo, a poupança e o investimento.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CIÊNCIA ECONÔMICA

3.1 Economia positiva

3.2 Economia normativa

4 A TEORIA ECONÔMICA

4.1 Análise microeconômica

4.2 Análise macroeconômica

5 ATIVIDADE ECONÔMICA NACIONAL

5.2 O produto nacional - PN

5.3 A renda nacional - RN

5.4 A despesa nacional - DN

6 O SISTEMA ECONÔMICO E SUAS FORMAS DE ATIVIDADES

6.1 Demanda agregada

6.2 O equilíbrio

6.3 O circuito econômico

7 CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO (Abordagem Keynesiana)

7.1 Funções

8 ECONOMIA MONETÁRIA

8.1 Características e função da moeda

8.2 A demanda do dinheiro

8.3 A oferta monetária

8.4 A política econômica

8.5 Bancos e sistema financeiro

9 INFLAÇÃO

9.1 Natureza e consequências da inflação

9.2 Inflação e subdesenvolvimento

9.3 Fontes inflacionárias do Brasil

10 MERCADO

10.1 Concorrência perfeita

10.2 Concorrência imperfeita

11 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.1 Crescimento e desenvolvimento econômico

11.2 características dos países subdesenvolvidos: teorias de crescimento e desenvolvimento econômico.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

3º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO CIVIL III -D

Código: 60-623

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Noções gerais das obrigações. Estrutura, modalidade e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Teoria do inadimplemento.

OBJETIVOS

- Estudar os princípios doutrinários e das instituições jurídicas brasileiras, quanto ao estudo das obrigações civis num mundo em plena transformação;
- Oportunizar, através dos princípios civis romanos, o engajamento civil brasileiro nas doutrinas e legislações contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÕES

- 1.1 Conceito de obrigação
- 1.2 Fontes e natureza das obrigações
- 1.3 Elementos constitutivos da relação obrigacional
- 1.4 Conceito do direito das obrigações
- 1.5 A importância dos direitos obrigacionais na atualidade
- 1.6 Distinção entre direitos reais e pessoais

2 SISTEMA ABERTO E O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1 As cláusulas gerais nas relações jurídicas obrigacionais
- 2.2 A função das cláusulas gerais
- 2.3 A aplicação das cláusulas gerais

3 A BOA-FÉ E O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1 A boa-fé no processo obrigacional
- 3.2 A boa-fé objetiva
- 3.3 A boa-fé subjetiva
- 3.4 A boa-fé e a responsabilidade pré-negocial: o preço da confiança

4 MODALIDADE DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1 Obrigações quanto ao seu vínculo:
 - 4.1.1 Obrigação civil e empresarial
 - 4.1.2 Obrigação moral
 - 4.1.3 Obrigação natural
 - 4.1.4 Obrigações híbridas
- 4.2 Obrigações quanto ao seu objeto:
 - 4.2.1 Obrigações quanto à natureza do objeto
 - 4.2.2 Obrigações de dar
 - 4.2.2.1 Obrigações de dar coisa certa
 - 4.2.2.2 Obrigações de dar coisa incerta
 - 4.2.2.3 Obrigações de restituir coisa alheia
 - 4.2.2.4 Obrigações de solver dívida em dinheiro
 - 4.2.3 Obrigações de fazer
 - 4.2.4 Obrigações de não fazer
 - 4.2.5 Obrigações quanto à liquidez do objeto
 - 4.2.5.1 Obrigações líquidas
 - 4.2.5.2 Obrigações ilíquidas

- 4.3 Obrigações quanto ao modo de execução
 - 4.3.1 Obrigações simples e comutativas
 - 4.3.2 Obrigações alternativas
 - 4.3.3 Obrigações facultativas
- 4.4 Obrigações quanto ao tempo de adimplemento
 - 4.4.1 Obrigações momentâneas
 - 4.4.2 Obrigações de execução continuada
- 4.5 Obrigações quanto ao tempo de adimplemento
- 4.6 A pluralidade de sujeitos na relação obrigacional
- 4.7 Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 4.8 Obrigações solidárias
 - 4.8.1 Considerações gerais
 - 4.8.2 Solidariedade ativa
 - 4.8.3 Solidariedade passiva
 - 4.8.4 Solidariedade recíproca
- 4.9 Obrigações quanto ao seu conteúdo
 - 4.9.1 Considerações de meio
 - 4.9.2 Considerações de resultado
 - 4.9.3 Considerações de garantia
- 4.10 Obrigações reciprocamente consideradas
 - 4.10.1 Obrigação principal e acessórias
 - 4.10.2 Efeitos jurídicos
 - 4.10.3 Quanto à liquidez do objeto
- 5 DOS EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES
 - 5.1 Efeitos decorrentes do vínculo obrigacional
 - 5.2 Pessoas vinculadas aos efeitos das obrigações
 - 5.3 Modos de extinção das obrigações
 - 5.4 Pagamento direto
 - 5.4.1 Considerações gerais
 - 5.4.2 Conceito, natureza jurídica e efeitos
 - 5.4.3 Quem deve pagar
 - 5.4.4 A quem se deve pagar
 - 5.4.5 Objeto do pagamento e sua prova
 - 5.4.6 Tempo e Lugar do pagamento
 - 5.4.7 Prova do pagamento
 - 5.4.8 Pagamento indevido
 - 5.5 Pagamento indireto
 - 5.5.1 Considerações gerais
 - 5.5.2 Pagamento por consignação
 - 5.5.3 Pagamento com sub-rogação
 - 5.5.4 Imputação de pagamento
 - 5.5.5 Dação em pagamento
 - 5.5.6 Novação
 - 5.5.7 Compensação
 - 5.5.8 Transação
 - 5.5.9 Compromisso
 - 5.5.10 Confusão
 - 5.5.11 Remissão das dívidas
 - 5.5.12 Extinção da obrigação sem pagamento
- 6 DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES
 - 6.1 Considerações gerais
 - 6.2 Impossibilidade da prestação

- 6.3 Inadimplemento involuntário
- 6.4 Consequências jurídicas do inadimplemento
 - 6.4.1 Da mora
 - 6.4.2 Das perdas e danos
 - 6.4.3 Dos juros legais
 - 6.4.4 Da cláusula penal
 - 6.4.5 Das arras ou sinal
- 6.5 Inadimplemento involuntário
- 7 DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES
 - 7.1 Noções gerais sobre a transmissão das obrigações
 - 7.2 Espécie
 - 7.3 Cessão de Crédito
 - 7.4 Cessão de débito: pressupostos e efeitos
 - 7.5 Cessão de contrato: conceito, requisitos e efeitos
 - 7.6 Assunção da dívida

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: SOCIOLOGIA

Código: 70-210

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo dos principais conceitos de modo amplo e geral numa perspectiva sociológica de análise do espaço sociocultural, a organização e estrutura de classes na sociedade, bem como as suas principais instituições sociais. Trata ainda das principais teorias sociológicas.

OBJETIVOS

Estudar e compreender os fundamentos e os fenômenos sociológicos e o desenvolvimento da sociedade;

Apfundar o estudo sobre as relações sociais no Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 SOCIOLOGIA

1.1 Função e importância

1.2 Conceito

1.3 Origem e desenvolvimento

1.4 As sociologias especiais

2 RAÍZES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

2.1 O pensamento sociológico clássico

2.2 Correntes do pensamento sociológico contemporâneo

2.3 O pensamento sociológico brasileiro

2.4 A sociologia da sociedade brasileira

3 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

3.1 Instituições sociais

3.2 A dinâmica social: mudanças e movimentos

3.3 Os aparelhos de reprodução da sociedade

3.4 A sociologia e a expansão do capitalismo

4 AS PRINCIPAIS TEORIAS DA SOCIEDADE

4.1 A teoria estrutural - funcionalista

4.2 A teoria materialista-histórica

4.3 Os modos de produção da sociedade

4.4 Karl Marx e a história da exploração do homem

4.5 Infra-estrutura

4.5.1 Estrutura econômica

4.5.2 Superestrutura

4.5.3 Estrutura política

4.5.4 Estrutura ideológica

4.5.5 Sociologia da sociedade brasileira

5 ESTRUTURA DE CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

6 A DINÂMICA DA SOCIEDADE

6.1 Mudanças

6.2 Fatores determinantes

7 INSTRUMENTAL DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL II-D

Código: 60-619

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo da atual Constituição Federal nos aspectos relacionados com a organização dos poderes, o município, a defesa do Estado e das instituições democráticas, a ordem econômica e financeira, a ordem social. Processo Constitucional.

OBJETIVOS

- Proporcionar aos alunos o conhecimento e a compreensão do Sistema Constitucional Brasileiro, em seu todo;
- Oportunizar aos alunos uma melhor compreensão dos outros ramos do Direito, através do domínio das normas fundamentais, objeto de estudo no Direito Constitucional.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

- 1.1 Organização político administrativa
- 1.2 União
- 1.3 Estados-membros
- 1.4 Municípios
- 1.5 Distrito Federal e Territórios
- 1.6 Intervenção

2 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- 2.1 Poder legislativo
- 2.2 Poder executivo
- 2.3 Poder judiciário
- 2.4 Funções essenciais à justiça

3 O MUNICÍPIO

- 3.1 Competências
- 3.2 O executivo municipal: funções
- 3.3 As Câmaras políticas
- 3.4 As espécies normativas Municipais
- 3.5 O poder Legislativo Municipal: composição e atribuições
- 3.6 Controle de Constitucionalidade de Lei Municipal.
- 3.7 Finanças municipais
- 3.8 Intervenção do Estado nos Municípios.
- 3.9 Serviços públicos específicos
- 3.10 Meio ambiente: a competência supletiva do Município

4 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- 4.1 Estado de Defesa e Estado de Sítio
- 4.2 Forças Armadas
- 4.3 Segurança Pública

5 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- 5.1 Princípios gerais da atividade econômica
- 5.2 Política urbana
- 5.3 Política agrícola e fundiária e reforma agrária
- 5.4 Sistema financeiro nacional.

6 ORDEM SOCIAL

- 6.1 Disposições gerais
- 6.2 Seguridade social
- 6.3 Educação, cultural e desporto

6.4 Ciência e tecnologia

6.5 Comunicação social

6.6 Meio Ambiente

6.7 Família, Criança, Adolescente e idoso.

6.8 Índios

7 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

8 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PENAL I-D

Código: 60-621

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

História geral do direito penal. História do direito penal brasileiro. Estudo da Teoria da Lei Penal: norma penal e sua interpretação, princípio da reserva legal e aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Teoria do Crime. Estudo da tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

OBJETIVOS

Conhecer a área de abrangência e finalidade do Direito Penal, assim como desenvolver a aprendizagem e fixação sobre a Teoria do Crime e sua interpretação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. HISTÓRIA GERAL

- 1.1 As fases de vingança e a lei de Talião
- 1.2 Direito Grego, Direito Romano, Direito Germânico, Direito Canônico, Direito Medieval.
- 1.3 Período Humanitário
- 1.4 Período Científico
- 1.5 Escola Clássica
- 1.6 Escola Positiva
- 1.7 Escola Moderna Alemã e outras tendências

2 HISTÓRIA DO BRASIL

- 2.1 Período Colonial
- 2.2 Período Imperial
- 2.3 Período Republicano
- 2.4 Tendências atuais

3 ESTUDO DA TEORIA DA LEI PENAL

- 3.1 Norma penal: conceito e espécies
 - 3.1.1 Fontes do Direito Penal
 - 3.1.2 A lei penal e a Norma Penal
- 3.2 Interpretação da norma penal.
- 3.3 Integração da norma
- 3.4 O princípio da legalidade
- 3.5 Princípio do art. 1º do código penal
- 3.6 Princípio Constitucional
- 3.7 O princípio da Extra-atividade da Lei penal mais favorável
- 3.8 O princípio da individualização da pena
- 3.9 O princípio da responsabilidade pessoal ou da personalidade da pena
- 3.10 O princípio da limitação das penas.
- 3.11 O princípio do respeito ao preso
- 3.12 O princípio da presunção da inocência.
- 3.13 Princípio da Irretroatividade

4 CONCEITO DE DIREITO PENAL

- 4.1 Noções básicas
- 4.2 Definições
- 4.3 Ciência penal
- 4.4 Características do direito penal
- 4.5 Direito penal objetivo e direito penal subjetivo
- 4.6 Direito penal comum e direito penal especial
- 4.7 Direito penal e direito processual penal
- 4.8 O bem jurídico e o fim do direito penal

5 INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

- 5.1 Espécies de interpretação
 - 5.1.1 Interpretação autêntica ou legislativa
 - 5.1.2 Interpretação doutrinária
 - 5.1.3 Interpretação judicial
- 5.2 Métodos de interpretação
 - 5.2.1 Método Liberal
 - 5.2.2 Método teológico ou finalístico
 - 5.2.2.1 “*Ratio Legis*”
 - 5.2.2.2 Elemento sistemático
 - 5.2.2.3 Elemento histórico
 - 5.2.2.4 Outros elementos
- 5.3 Resultados da interpretação
 - 5.3.1 Interpretação declarativa
 - 5.3.2 Interpretação restritiva
 - 5.3.3 Interpretação extensiva
- 5.4 Analogia
- 5.5 Interpretação Analógica

6 APLICAÇÃO DA LEI PENAL DO TEMPO

- 6.1 Tempo em crime
- 6.2 Solução dos conflitos
- 6.3 Lei excepcional e lei temporária

7 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

- 7.1 Lugar do crime
- 7.2 Princípios de Direito Penal Internacional
- 7.3 Territorialidade
- 7.4 Extraterritorialidade

8 APLICAÇÃO DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

- 8.1 Imunidade diplomática
- 8.2 Imunidades parlamentares
- 8.3 Outras imunidades

9 DO CRIME

- 9.1. O conceito de crime
- 9.2 Conceitos formais
- 9.3 Conceitos materiais
- 9.4 Definição legal de crime
- 9.5 O conceito analítico
- 9.6 Definições

10 O FATO TÍPICO

- 10.1 A conduta
- 10.2 Ausência de conduta
- 10.3 Formas de conduta
- 10.4 O Dolo
- 10.5 A culpa, em sentido estrito
- 10.6 O resultado
- 10.7 O nexo de causalidade
- 10.8 O preterdolo
- 10.9 Tipicidade e tipo
- 10.10 Tipicidade direta e consumação
- 10.11 Tipicidade indireta
- 10.12 A tentativa de crimes
- 10.13 O concurso de pessoas

- 10.14 Conflito aparente de normas
- 10.15 Classificação doutrinária dos tipos de crimes
- 10.16 Exclusão da tipicidade
- 11 A ILICITUDE
 - 11.1 Conceito
 - 11.2 Exclusão da ilicitude
 - 11.3 O Estado da necessidade
 - 11.4 A legítima defesa
 - 11.5 Questões diversas sobre legítima defesa
 - 11.6 O estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular de direito
 - 11.7 O consentimento do ofendido
 - 11.8 O excesso nas excludentes de ilicitude
- 12 CULPABILIDADE
 - 12.1 Conceito
 - 12.3 Imputabilidade
 - 12.4 Inimputabilidade - espécies
 - 12.5 Embriaguez voluntária, pré-ordenada ou não e embriaguez culposa
 - 12.6 Capacidade diminuída
 - 12.7 Emoção e paixão
 - 12.8 Elementos da culpabilidade
 - 12.9 Causas legais e exclusão da culpabilidade
 - 12.10 Causas supra-legais de exclusão da culpabilidade
 - 12.11 Excesso de legítima defesa exculpante
 - 12.12 Inexigibilidade de conduta diversa
 - 12.13 Culpabilidade como pressuposto da pena

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO-D

Código: 60-622

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Sociedade e tutela jurídica. Processo e Direito Processual. Princípios gerais do Direito Processual. Direito Constitucional Processual. Fontes da norma processual. Eficácia da lei processual. Interpretação da lei processual. Jurisdição. Competência. Ação. Exceção.

OBJETIVOS

Proporcionar uma visão geral da Teoria Geral do Processo, fornecendo-lhes noções a respeito de tutela jurídica, processo e direito processual, jurisdição, competência e ação, as quais serão aprofundadas no decorrer do Curso;

Estudar o Direito Processual para o desenvolvimento satisfatório das disciplinas de conteúdo processual, nas áreas cível, penal e trabalhista, a serem analisadas no futuro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA

- 1.1 Sociedade e direito
- 1.2 Conflitos e insatisfações
- 1.3 Da autotutela à jurisdição
- 1.4 A função estatal pacificadora
- 1.5 Meios alternativos de pacificação social
- 1.6 Autotutela, autocomposição e arbitragem
- 1.7 Controle jurisdicional indispensável
- 1.8 Acesso a justiça

2 O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL

- 2.1 As funções do Estado moderno
- 2.2 Legislação e jurisdição
- 2.3 Direito material e direito processual
- 2.4 A instrumentalidade do processo
- 2.5 Linhas evolutivas

3 DENOMINAÇÃO, AUTONOMIA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

4 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

- 4.1 Conceito
- 4.2 Princípio da imparcialidade do juiz
- 4.3 Princípio da igualdade
- 4.4 Princípios do contraditório e da ampla defesa
- 4.5 Princípio da ação - processos inquisitivo e acusatório
- 4.6 Princípios da disponibilidade e da indisponibilidade
- 4.7 Princípio dispositivo e princípio da livre investigação das provas - verdade formal e verdade real
- 4.8 Princípio do impulso oficial
- 4.9 Princípio da oralidade
- 4.10 Princípio da persuasão racional do juiz
- 4.11 Princípio da motivação das decisões judiciais
- 4.12 Princípio da publicidade
- 4.13 Princípio da lealdade processual
- 4.14 Princípios da economia e da instrumentalidade das formas
- 4.15 Princípio do duplo grau de jurisdição

5 DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

6 NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA

- 6.1 Norma material e norma processual



- 6.2 Objeto da norma processual
- 6.3 Natureza da norma processual
- 7 FONTES DA NORMA PROCESSUAL
 - 7.1 Fontes do Direito em geral
 - 7.2 Fontes abstratas
 - 7.3 Fontes concretas
- 8 EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL
 - 8.1 Dimensões da norma processual
 - 8.2 Eficácia da norma processual no espaço
 - 8.3 Eficácia da norma processual no tempo
- 9 INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL
 - 9.1 Métodos e resultados
 - 9.2 Interpretação e integração
- 10 JURISDIÇÃO
 - 10.1 Conceito e características
 - 10.2 Jurisdição, legislação e administração
 - 10.3 Princípios e poderes inerentes à jurisdição
 - 10.4 Extensão da jurisdição
 - 10.5 Espécies de jurisdição
 - 10.6 Limites da jurisdição
 - 10.7 Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária
 - 10.8 Funções, estrutura e órgãos do Poder Judiciário
- 12 ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E AUXILIARES DA JUSTIÇA
 - 12.1. Estrutura – órgãos jurisdicionais de 1º, 2º graus, STJ e STF
 - 12.2. Duplo grau de jurisdição
 - 12.3. Juiz
 - 12.1.1. Investidura, garantias, organização da magistratura
 - 12.1.2. Poderes, deveres e responsabilidades do Juiz
 - 12.1.3. Impedimentos e suspeição
- 13 COMPETÊNCIA
 - 13.1 Conceito
 - 13.2 Distribuição da competência
 - 13.3 Órgãos judiciários diferenciados
 - 13.4 Competência absoluta e relativa
- 14 AÇÃO
 - 14.1 Conceito
 - 14.2 Teorias referentes à ação
 - 14.3 Análise crítica das várias teorias
 - 14.4 Natureza jurídica da ação
 - 14.5 Condições da ação
 - 14.6 Carência de ação
 - 14.7 Identificação da ação
 - 14.8 Classificação das ações
- 15 PROCESSO
 - 15.1 Processo e procedimento
 - 15.2 Natureza jurídica do processo
 - 15.3 Sujeitos da relação jurídica processual
 - 15.4 Objeto da relação processual
 - 15.3.5 Pressupostos da relação processual
 - 15.6 Características e autonomia da relação processual
 - 15.7 Espécies de processo
 - 15.8 Ética processual

16 EXCEÇÃO

16.1 Bilateralidade da ação e do processo

16.2 Exceção

16.3 Natureza jurídica

16.4 Classificação das exceções

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

4º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO CIVIL IV (Dos Contratos)

Código: 66-193

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Teoria Geral dos Contratos. Contratos e Negócios jurídicos.

OBJETIVO

Conhecer os princípios doutrinários das instituições jurídicas brasileiras, dos contratos e dos negócios jurídicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

3.1.1 Evolução dos contratos: breves notas históricas

3.1.2 Elementos constitutivos

3.1.3 Princípios norteadores

3.1.4 Princípio da autonomia da vontade

3.1.5 Princípio da função social do contrato

3.1.5.1 Princípio da probidade e boa-fé objetiva

3.1.5.2 Princípio do consensualismo

3.1.5.3 Princípio da força obrigatória

3.1.5.4 Princípio do equilíbrio econômico

3.1.5.5 Princípio da relatividade dos efeitos do contrato

3.1.6 Classificação dos contratos

3.1.6.1 Quanto à previsão legal: típicos, atípicos e mistos

3.1.6.2 Quanto à formação: consensuais, formais ou solenes e reais

3.1.6.3 Quanto às pessoas que contratam: pessoais e impessoais

3.1.6.4 Quanto à qualidade dos contratantes: empresariais, civis. Consumeristas, administrativos, laborais e administrativos

3.1.6.7 Quanto aos efeitos: unilaterais e bilaterais

3.1.6.8 Quanto à onerosidade: gratuitos e onerosos

3.1.6.9 Quanto à vantagem econômica: comutativos e aleatórios

3.1.6.10 Quanto ao modo de contratar: paritários e de adesão

3.1.6.11 Quanto ao tempo de execução: imediata, diferida e continuada

3.1.6.12 Extinção dos contratos: adimplemento, prescrição, confusão, compensação, invalidação e dissolução

3.1.7 Conclusão dos contratos

3.1.8 Interpretação dos contratos

3.1.9 Lugar dos contratos

3.1.10 Motivo e causa dos contratos

3.1.11 Formação dos contratos

3.1.12 Perfectibilização dos contratos

3.1.13 Forma dos contratos

3.1.14 Prova dos contratos

3.1.15 Terceiro na relação contratual

3.2 NOÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE CONTRATOS

3.2.1 Classificação dos contratos

3.2.2 Elementos constitutivos dos contratos

3.2.3 Efeitos dos contratos

- 3.2.3.1 Vício redibitório
- 3.2.3.2 Evicção
- 3.2.4 Extinção dos contratos
- 3.3 CONTRATOS EM ESPÉCIES
 - 3.3.1 Compra e venda
 - 3.3.2 Troca ou permuta
 - 3.3.3 Contrato estimatório
 - 3.3.4 Doação
 - 3.3.5 Locação de coisas
 - 3.3.6 Empréstimo
 - 3.3.6.1 Comodato
 - 3.3.6.2 Mútuo
 - 3.3.7 Prestação de serviços
 - 3.3.8 Empreitada
 - 3.3.9 Depósito
 - 3.3.10 Mandato
 - 3.3.11 Comissão
 - 3.3.12 Agência e distribuição
 - 3.3.13 Corretagem
 - 3.3.14 Transporte
 - 3.3.15 Seguro
 - 3.3.16 Constituição de renda
 - 3.3.17 Jogo e aposta
 - 3.3.18 Fiança
 - 3.3.19 Transação
 - 3.3.20 Compromisso

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PENAL II-D

Código: 60-624

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Concurso de pessoas. Teoria da pena. Espécies de penas. Aplicação da pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade e prescrição.

OBJETIVOS

Desenvolver a aprendizagem e fixação sobre a Teoria da pena, bem como a execução penal com seus incidentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 CONCURSO DE PESSOAS

3.2 TEORIA DA PENA

3.2.1 Conceito e características - História da pena

3.2.2 A finalidade e as teorias da pena

3.3 AS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

3.3.1 As penas privativas de liberdade – reclusão, detenção e prisão simples, limites das penas

3.3.2 O sistema progressivo e os regimes prisionais – regime fechado, regime semiaberto, regime aberto, regime disciplinar diferenciado, prisão domiciliar

3.3.3 Direitos e deveres ao apenado – detração, trabalho prisional, remição

3.4 AS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

3.4.1 conceitos

3.4.2 espécies

3.4.3 requisitos

3.4.4 conversão e substituição das penas restritivas de direitos

3.5 PENA DE MULTA

3.5.1 conceito

3.5.2 O sistema do dia-multa – pagamento da multa

3.5.3 fixação da pena de multa

3.5.4 prescrição da pena de multa

3.6 APLICAÇÃO DA PENA

3.6.1 Individualização da pena

3.6.2 Dosimetria da pena

3.6.3 circunstâncias judiciais

3.6.4 Circunstâncias legais - atenuantes e agravantes, concurso de atenuantes e agravantes

3.6.5 causas de aumento e causas de diminuição

3.6.6 concurso de crimes

3.6.7 Erro na execução

3.6.8 limites das penas – unificação das penas

3.7 SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

3.7.1 Conceito – aspectos históricos – natureza jurídica

3.7.2 Pressupostos e requisitos – período de prova e condições

3.7.3 causas de revogação, prorrogação e extinção da pena

3.8 LIVRAMENTO CONDICIONAL

3.8.1 Conceito, aspectos históricos e natureza jurídica

3.8.2 Requisitos e condições

3.8.3 suspensão e revogação

3.8.4 extinção da pena

3.9 EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

3.10 MEDIDAS DE SEGURANÇA

3.10.1 Conceito e espécies

3.10.2 Diferença entre pena e medida de segurança

3.10.3 pressupostos para a aplicação

3.10.4 Prazo de duração, prescrição e extinção

3.11 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

3.11.1 conceito e causas de extinção da punibilidade

3.12 PRESCRIÇÃO

3.12.1 Conceito e generalidades

3.12.2 Prescrição da pretensão punitiva

3.12.3 Prescrição da pretensão executória

3.12.4 Prescrição da pena de multa e das penas restritivas de direitos

3.12.5 Prazos prescricionais e sua contagem

3.12.6 Suspensão e interrupção do prazo prescricional – prescrição retroativa – prescrição em abstrato

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO-D

Código: 60-627

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Identificação da índole filosófica do Direito. Visão crítica do fenômeno jurídico e dos elementos que integram a experiência jurídica. Análise do problema axiológico jurídico. O conceito de justiça. Visão geral das manifestações históricas do valor Justiça. Estudo dos pressupostos filosóficos que fundamentam a ciência jurídica.

OBJETIVO

Desenvolver estudo de forma crítica sobre a Filosofia do Direito, estabelecendo relações entre: Filosofia, Direito e Política.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 OBJETO DA FILOSOFIA

- 1.1 Autonomia da Filosofia
- 1.2 Graduação do conhecimento: o conhecimento vulgar e o conhecimento científico
- 1.3 Do conhecimento quanto à origem
- 1.4 Do conhecimento quanto à essência

2 DETERMINAÇÃO DA ÍNDOLE FILOSÓFICA DO DIREITO

- 2.1 Ciência e filosofia
- 2.2 Filosofia do Direito
- 2.3 Filosofia do Direito e método
- 2.4 Panorama do pensamento jurídico contemporânea

3 A ABORDAGEM HISTÓRICA DA FILOSOFIA DO DIREITO

- 3.1 Na Grécia
- 3.2 Na Idade Média
- 3.3 Na Idade Moderna
- 3.4 Positivismo jurídico e Direito natural

4 FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO POSITIVO

- 4.1 No Direito natural
- 4.2 Na moral
- 4.3 Na força
- 4.4 No Direito como técnica social

5 A NATUREZA DO DIREITO

- 5.1 Conceitos fundamentais
- 5.2 Dever jurídico
- 5.3 Ato jurídico
- 5.4 Intenção e responsabilidade
- 5.5 Filosofia do Direito e Ciência do Direito

6 TEORIA TRIDIMENCIONAL DO DIREITO

- 6.1 O termo "Direito" e sua tríplice perspectiva histórica
- 6.2 Normatividade e historicidade do direito
- 6.3 Fundamento, eficácia e vigência

7 FILOSOFIA DO DIREITO E POLÍTICA DO DIREITO

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: SOCIOLOGIA DO DIREITO-D

Código: 60-628

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

A sociedade como fonte do Direito. As escolas sociológicas. Os movimentos sociais. Direito, Estado e Sociedade.

OBJETIVO

Estudar os fundamentos do direito como fato social e do desenvolvimento da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 SOCIOLOGIA

- 1.1 Conceito, origem e desenvolvimento: breve relato, referente sociologia geral
- 1.2 O ser humano como centro, razão de ser e finalidade de todo conhecimento
- 1.3 A visão sociológica do fenômeno jurídico
- 1.4 A autonomia da sociologia do direito como sociologia especial

2 O DIREITO COMO FATO SOCIAL

- 2.1 A norma jurídica como resultado e reflexo da realidade social
- 2.2 A sociedade
- 2.3 Formação extralegislativa do direito

3. A SOCIEDADE COMO FONTE DE DIREITO

- 3.1 A questão metodológica em sociologia
- 3.2 A sociologia jurídica
- 3.3 O direito como resposta dos comportamentos de desvio

4 SOCIEDADE E DIREITO

- 4.1 Os vários saberes jurídicos
- 4.2 O ser jurídico
- 4.3 O direito e demais normas
- 4.4 O direito e o poder social

5 DIREITO E O PODER CONSTITUÍDO

- 5.1 Poder organizado da classe dominante
- 5.2 Quadro sociológico do direito
- 5.3 As mudanças sociais e o direito

6 SOCIOLOGIA JURÍDICA ALTERNATIVA

- 6.1 A luta pelo direito na esfera social
- 6.2 Movimentos sociais: Emergência de novos sujeitos
- 6.3 Bacharéis em direito, crise de identidade sócio-profissional e mercado de trabalho
- 6.4 Caminho para uma sociologia jurídica alternativa: condições e possibilidades

7 EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS

- 7.1 Os efeitos e a eficácia das normas jurídicas
- 7.2 Os fenômenos da mudança social e sua repercussão
- 7.3 Vinculações com situações econômicas e grau de instrução

8 OS INSTRUMENTOS HUMANOS DE REALIZAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA

- 8.1 Os magistrados: origem social, sua ideologia e formação
- 8.2 A justiça como organização
- 8.3 O ministério público
- 8.4 Legisladores: origem, condicionantes de seu comportamento, os agentes da administração

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 9.1 A revolução cultural contemporânea
- 9.2 Os ideais de justiça e sua permanência no mundo moderno
- 9.3 A noção de justiça e sua significação sociológica

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL III-D

Código: 60-625

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo da jurisdição constitucional. Enfoque nas ações constitucionais típicas e nos seus aspectos constitucionais e processuais.

OBJETIVOS

Possibilitar ao aluno o estudo sobre as normas e princípios constitucionais processuais atinentes à jurisdição constitucional e aos remédios constitucionais fundamentais;

Estudar casos específicos (fictos ou reais) de cada um dos remédios constitucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

2 MANDADO DE SEGURANÇA

3 MANDADO DE INJUNÇÃO

4 AÇÃO POPULAR

5 AÇÃO CIVIL PÚBLICA

6 HABEAS DATA

7 HABEAS CORPUS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I-D

Código: 60-626

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Evolução histórica do direito processual civil. As fontes do direito processual civil. Competência. Processo e procedimento. Relação jurídico-processual.

OBJETIVO

Fornecer os princípios básicos do processo civil, abrangendo aspectos teóricos referentes às matérias constantes da Disciplina, através de análise das normas legais e das posições doutrinárias e jurisprudenciais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.1 Direito Processual Civil: Introdução, conceito, natureza jurídica

1.2 Processo Civil em Roma:

1.2.1 Período das “legis actiones”

1.2.2 Período “per formulas”

1.2.3 Período da “cognitio extraordinaria”

1.3 Processo Romano-Germânico

1.4 Processo Civil Português

1.5 Processo Civil Brasileiro

1.5.1 Período Colonial

1.5.2 Período Imperial

1.5.3 Período Republicano

2 AS FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2.1 A lei processual – fonte imediata

2.2 A doutrina e a jurisprudência – fontes mediatas

2.3 Interpretação das leis processuais

2.4 A lei processual no tempo:

2.4.1 Nos processos findos

2.4.2 Nos processos pendentes

2.4.3 Nos processos futuros

2.4.4 O princípio da irretroatividade das leis processuais

2.5 A lei processual no espaço

2.6 O princípio da territorialidade das leis processuais

3 JURISDIÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3.1 Jurisdição Civil: Jurisdição contenciosa e Jurisdição Voluntária – distinção, princípios que informam a jurisdição voluntária.

4 AÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

4.1 Conceito de ação

4.2 Direito subjetivo à tutela jurisdicional

4.3 Condições da Ação – Carência de Ação

4.3.1 Possibilidade Jurídica do Pedido

4.3.2 Interesse de agir

4.3.3 Legitimidade da parte

4.4 Classificação das ações: cognitivas de execução e cautelar (Processo de Conhecimento, Processo de Execução e Processo Cautelar)

4.5 Classificação com relação a eficácia preponderante

4.5.1 Ação declaratória

4.5.2 Ação Constitutiva

4.5.3 Ação Condenatória

4.5.4 Ação executiva 'lato sensu'

4.5.5 Ação mandamental

5 COMPETÊNCIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5.1 Conceito

5.2 Competência interna, competência internacional.

5.3 Modificação de competência.

6 PROCESSO E PROCEDIMENTO

6.1 Conceito de processo

6.2 Natureza jurídica

6.3 Pressupostos processuais

6.3.1 Subjetivos

6.3.2 Referentes ao juiz

6.3.3 Referentes às partes

6.3.2 Objetivos

6.3.2.1 Extrínsecos

6.3.2.2 Intrínsecos

6.4 Procedimento: conceito

6.5 Classificação dos processos: conhecimento, execução e cautelar

6.6 Classificação dos procedimentos: ordinário, sumário e especiais

6.7 Princípios informativos do direito processual

6.8 Princípios informativos do processo

6.9 Princípios informativos do procedimento

7 RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL

7.1 Dos deveres das partes e dos procuradores

7.1.1 Responsabilidade das partes por dano processual

7.1.2 Das despesas e multas

7.1.2.1 Responsável pelo pagamento

7.1.2.2 Assistência judiciária gratuita

7.1.3 Ônus da sucumbência

7.1.3.1 Honorários – critérios de fixação, titularidade e possibilidade de compensação, frente ao EOAB e Código de Processo Civil.

7.1.3.2 Custas processuais

7.1.4 O Advogado e o estagiário

7.1.5 Das procurações: instrumento e poderes

7.1.6 Substituição das partes e dos procuradores

7.2 Da pluralidade de partes

7.2.1 Litisconsórcio: necessário, facultativo, unitário e simples

7.2.2 Intervenção de Terceiros: assistência, oposição, nomeação à autoria e chamamento ao processo

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

5º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO DE EMPRESA I-D

Código: 60-629

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Direito Empresarial. Empresa. Empresário. Sociedades não personificadas e personificadas.

OBJETIVO

Oportunizar o conhecimento da teoria de empresa, das sociedades empresárias e não empresárias.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 DO COMÉRCIO

3.1.1 Noções gerais

3.1.2 Da origem do comércio

3.1.3 Do escambo e do surgimento da moeda

3.1.4 Caracterização da atividade mercantil

3.2 DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

3.2.1. Objeto do Direito comercial

3.2.2. Comércio e empresa

3.2.3. Teoria da empresa

3.2.4. Conceito de empresário

3.2.5. Empresário individual

3.2.6. Autonomia do Direito Comercial

3.2.7. Preposto do empresário

3.2.8. Atividades econômicas civis

3.2.8.1. Profissional intelectual

3.2.8.2. Empresário rural

3.2.8.3. Cooperativas

3.3 DA CAPACIDADE

3.3.1 Capacidade civil

3.3.2 Impedidos de exercer atividade própria de empresário

3.3.3 O exercício da atividade por meio de representante ou devidamente assistido

3.3.4 Da autorização judicial prévia para o exercício por meio de representante ou assistente

3.3.5 Da nomeação de gerente

3.3.6 Da responsabilidade do representante e do assistente do menor ou do interdito

3.3.7 Da prova da emancipação e da autorização do incapaz, sua inscrição ou averbação

3.3.8 Da sociedade entre cônjuges - regime de casamento

3.3.9 Da alienação de imóvel, que integra o patrimônio do estabelecimento, por empresário casado

3.4 REGISTRO DE EMPRESA

3.4.1 Órgão do registro de empresa

3.4.2 Atos do registro de empresa

3.4.3 Inatividade da empresa

3.4.4 Empresário irregular

3.5 LIVROS COMERCIAIS

3.5.1 Obrigações comuns a todos os empresários

3.5.2 Espécies de livros empresariais

3.5.3 Regularidade na escrituração

3.5.4 Exibição judicial e eficácia probatória dos livros

3.5.5 Balanços anuais

3.6 ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

3.6.1 Conceito e natureza do estabelecimento empresarial

3.6.2 Alienação do estabelecimento empresarial

3.6.3 Proteção do ponto

3.6.3.1 Locação empresarial

3.6.4 Proteção ao título de estabelecimento

3.7 NOME EMPRESARIAL

3.7.1 Natureza e espécies

3.7.2 Formação e registro do nome empresarial

3.7.3 Alteração do nome empresarial

3.7.4 Proteção ao nome empresarial

3.8 DA SOCIEDADE

3.8.1 Conceito de sociedade empresária

3.8.2 Pessoas proibidas de participarem como sócios em algum dos tipo de sociedade empresária

3.9 CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES CONTRATUAIS

3.9.1 Natureza do ato constitutivo da sociedade contratual

3.9.2 Requisitos de validade do contrato social

3.9.3 Cláusulas contratuais

3.9.4 Forma do contrato social

3.9.5 Alteração do contrato social

3.10 SÓCIO DA SOCIEDADE CONTRATUAL

3.10.1 Regime jurídico do sócio da sociedade contratual

3.10.2 Exclusão de sócio

3.11 DA SOCIEDADE NÃO PERSONIFICADA

3.11.1 Da sociedade em comum (sociedade irregular)

3.11.2 Da sociedade em conta de participação

3.12 DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONTRATUAL

3.12.1 Espécies de dissolução

3.12.2 Causas de dissolução total e parcial

3.12.3 Liquidação e apuração de haveres

3.12.4 Dissolução de fato

3.12.5 Averbar no registro público de empresas mercantis

3.13 DAS SOCIEDADES PERSONIFICADAS

3.13.1 Da sociedade simples

3.13.1.1 Constituição e inscrição

3.13.1.2 Dos direitos e obrigações dos sócios

3.13.1.3 Da administração

3.13.1.4 Das relações com terceiros

3.13.2 Da sociedade em nome coletivo

3.13.2.1 Quem pode tomar parte da sociedade

3.13.2.2 Menção obrigatório que deve constar do contrato social

3.13.2.3 Responsabilidade dos sócios

3.13.2.4 Da limitação dos sócios entre si da responsabilidade de cada um

3.13.3 Da Sociedade em comandita simples

3.13.3.1 Quem pode tomar parte da sociedade

3.13.3.2 Categoria dos sócios e respectiva responsabilidade de cada uma delas

3.13.3.3 Limite para praticar ato de gestão

3.13.3.4 Da não obrigatoriedade de reposição de lucros

3.13.3.5 Em caso de morte de sócio comanditário

3.13.4 Da sociedade limitada

3.13.4.1 Legislação aplicável

3.13.4.2 Da responsabilidade dos sócios

- 3.13.4.3 Disposições preliminares
- 3.13.4.4 Das quotas
- 3.13.4.5 Da administração
- 3.13.4.6 Do conselho fiscal
- 3.13.4.7 Das deliberações dos sócios
- 3.13.4.8 Do aumento e da redução do capital
- 3.13.4.9 Da resolução da sociedade em relação a sócios minoritários
- 3.13.5 Da sociedade anônima
 - 3.13.5.1 Introdução
 - 3.13.5.2 Características gerais da sociedade anônima
 - 3.13.5.3 Constituição
 - 3.13.5.4 Valores mobiliários
 - 3.13.5.5 Ações
 - 3.13.5.6 Capital social
 - 3.13.5.7 Administração da sociedade
 - 3.13.5.8 O acionista
 - 3.13.5.9 Acordo de acionistas
 - 3.13.5.10 Poder e controle
 - 3.13.5.11 Demonstrações financeiras
 - 3.13.5.12 Lucros, reservas e dividendos
 - 3.13.5.13 Dissolução e liquidação
 - 3.13.5.14 Transformação, incorporação, fusão e cisão
 - 3.13.5.15. Grupos de sociedade e consórcio
 - 3.13.5.16. Sociedade de economia mista
- 3.13.6 Sociedade em Comandita por ações
 - 3.13.6.1 Responsabilidade dos sócios
 - 3.13.6.2 Nome: firma ou denominação
 - 3.13.6.3 Da nomeação dos diretores
 - 3.13.6.4 Da responsabilidade do diretor destituído
 - 3.13.6.5 Da assembléia geral
- 3.13.7 Da sociedade cooperativa
 - 3.13.7.1 Características da sociedade cooperativa
 - 3.13.7.2 Da responsabilidade dos sócios
- 3.13.8 Das Sociedades coligadas
 - 3.13.8.1 Da sociedade coligada
 - 3.13.8.2 Da sociedade controlada
 - 3.13.8.3 De simples participação
- 3.14 DAS TRANSFORMAÇÕES, DA INCORPORAÇÃO, DA FUSÃO E CISÃO DAS SOCIEDADES

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PENAL III-D

Código: 60-630

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Parte especial do código penal: dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra o patrimônio, contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho e contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos.

OBJETIVO

Oportunizar o conhecimento e o desenvolvimento do estudo da matéria dos tipos penais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

3.1.1 Crimes contra a vida

3.1.2 Homicídio

3.1.3 Participação em suicídio

3.1.4 Infanticídio

3.1.5 Aborto

3.1.6 Lesões corporais

3.1.7 Crimes de periclitacão da vida e da saúde

3.1.8 Da rixa

3.1.9 Crimes contra a honra

3.1.10 Crimes contra a liberdade individual

3.1.11 Crimes contra a liberdade pessoal

3.1.12 Violação de domicílio

3.1.13 Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

3.1.14 Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

3.2 DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.2.1 Furto

3.2.2 Furto de coisa comum

3.2.3 Roubo e extorsão

3.2.4 Da usurpação

3.2.5 Do dano

3.2.6 Da apropriação indébita, estelionato e outras fraudes

3.2.7 Da receptação

3.3 CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

3.3.1 Crimes contra a propriedade intelectual

3.4 CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

3.5 CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CIVIL V-D (Coisas I)

Código: 60-631

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Direitos Reais e Pessoais. Da Posse. Da Propriedade. Do Condomínio. Loteamento.

OBJETIVOS

Compreender a relação das pessoas com os bens;
Distinguir a posse da propriedade com seus limites e disposições legais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 NOÇÕES GERAIS DO DIREITO DAS COISAS

3.1.1 Conceito e objeto do direito das coisas

3.1.2 Direitos pessoais e direitos reais

3.1.3 Características dos direitos reais

3.2 DA POSSE

3.2.1 Origem, elementos constitutivos, objeto da posse.

3.2.2 Correntes doutrinárias sobre a natureza da posse.

3.2.3 Modalidades da posse

3.2.4 Modos aquisitivos da posse

3.2.5 Perda da posse

3.2.6 Efeitos da posse

3.3 PROPRIEDADE

3.3.1 Histórico da propriedade

3.3.2 Fundamentos jurídicos da propriedade

3.3.3 Elementos constitutivos da propriedade

3.3.4 A função social da propriedade

3.3.5 Caracteres da propriedade

3.3.6 Objeto da propriedade

3.3.7 Espécies de propriedade

3.3.8 Ações que protegem a propriedade

3.3.9 Noções de responsabilidade civil do proprietário

3.3.10 Modos de aquisição da propriedade

3.4 A PROPRIEDADE IMÓVEL

3.4.1 Aquisição da propriedade imóvel pelo registro do título

3.4.2 O registro de imóveis – noções gerais

3.4.3 Aquisição da propriedade imóvel por acessão

3.4.4 Acessões naturais e artificiais

3.4.5 Aquisição por usucapião

3.4.6 Histórico da usucapião

3.4.7 Requisitos da usucapião

3.4.8 Modalidades de usucapião – Código Civil – Constituição Federal – Leis esparsas

3.4.9 Perda da propriedade imóvel – Modalidades

3.4.10 A desapropriação

3.4.11 A requisição

3.4.12 O confisco

3.4.13 Perda pela posse “pro labore”

3.5 CONDOMÍNIO

3.5.1 Noções gerais, modalidades

3.5.2 Condomínio geral

3.5.3 Direitos e deveres dos condôminos

- 3.5.4 Extinção do condomínio
- 3.5.5 Condomínio edilício
- 3.5.6 Condomínio por meação de muros, paredes, valas e cercas
- 3.6 RESTRIÇÕES AO DIREITO DA PROPRIEDADE
 - 6.1 Restrições pelo interesse social
 - 3.6.2 Restrições de interesse privado
- 3.7 A PROPRIEDADE MÓVEL
 - 3.7.1 Modos originários de aquisição
 - 3.7.2 Ocupação
 - 3.7.3 Usucapião de coisas móveis
 - 3.7.4 Modos derivados de aquisição da propriedade móvel
- 3.8 LOTEAMENTO

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II-D

Código: 60-632

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Dos atos processuais. O tempo no processo. Nulidades processuais. Procedimentos previstos no Código de Processo Civil. Formação, suspensão e extinção do processo.

OBJETIVO

Estudar o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

3.1 ATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

3.1.1 Da forma dos atos processuais

3.1.2 Classificação dos atos processuais

3.1.2.1 Dos atos da parte

3.1.2.2 Dos pronunciamentos do juiz

3.1.2.3 Dos atos do Escrivão

3.1.3 Do tempo e lugar dos atos processuais

3.1.3.1 Do tempo dos atos processuais

3.1.3.2 Do lugar dos atos processuais

3.1.4 Das comunicações dos atos processuais

3.1.4.1 Considerações gerais

3.1.4.2 Da citação

3.1.4.3 Das intimações

3.1.4.4 Da comunicação por cartas

3.1.5 Dos prazos processuais

3.1.5.1 Considerações gerais

3.1.5.2 Princípios informadores do processo e do procedimento atinentes aos prazos

3.1.5.3 Princípios informativos da Teoria dos Prazos

3.1.5.4 Classificação dos prazos

3.1.5.5 Regras gerais e especiais sobre a contagem dos prazos

3.1.6 Das invalidades dos atos processuais

3.1.6.1 Considerações gerais

3.1.6.2 Sistema de invalidades no Direito Processual Civil

3.1.6.3 Dos princípios informadores das formas e das invalidades processuais

3.1.6.4 Vícios processuais

3.2 DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

3.2.1 Conceito de processo e de procedimento

3.2.2 Da formação suspensão e extinção do processo

3.3 DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

3.4 DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

3.4.1 Do Procedimento Comum Sumário

3.4.2 Do Procedimento Comum Ordinário

3.5 DA PETIÇÃO INICIAL

3.5.1 Dos requisitos da petição inicial

3.5.2 Do indeferimento da petição inicial

3.6 DA CONTESTAÇÃO

3.6.1 Das modalidades de defesas

3.6.2 Dos requisitos e conteúdo da contestação

3.7 DA REVELIA E SEUS EFEITOS

3.7.1 Conceito de revelia

- 3.7.2 Dos efeitos da revelia
- 3.8 DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO
 - 3.8.1 Com incidência dos efeitos da revelia
 - 3.8.2 Sem incidência dos efeitos da revelia
 - 3.8.2 Havendo contestação
- 3.9 DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO
 - 3.9.1 Do julgamento da lide
 - 3.9.2 Do julgamento imediato da lide
 - 3.9.3 Do saneamento do processo
- 3.10 DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO
 - 3.10.1 Conceito e característica da audiência
 - 3.10.2 Da ordem de produção das provas em audiência
 - 3.10.3 Do adiamento e prorrogação da audiência
 - 3.10.4 Do encerramento da instrução e alegações finais
- 3.11 DA FASE INSTRUTÓRIA DO PROCESSO
 - 3.11.1 Do conceito de prova judiciária
 - 3.11.2 Das modalidades de provas judiciárias
 - 3.11. Das regras sobre provas
- 3.12 DAS PROVAS
 - 3.12.1 Da produção antecipada de provas
 - 3.12.2 Modalidades de provas
- 3.13 DA SENTENÇA E COISA JULGADA
 - 3.13.1 Dos efeitos das sentenças definitivas
 - 3.13.2 Dos requisitos e dos efeitos da sentença
 - 3.13.3 Do julgamento das ações relativas a obrigações de fazer ou de entregar coisa
 - 3.13.4 Da coisa julgada
- 3.14 DOS LIMITES DA COISA JULGADA
 - 3.14.1 Considerações gerais
 - 3.14.2 Dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO-D

Código: 60-633

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Ordem jurídica internacional. Fontes do direito internacional público. Sujeitos. Órgãos das relações internacionais. Organismos internacionais. Conflitos internacionais. Dos direitos humanos e sua proteção internacional.

OBJETIVO

Conhecer e compreender a complexidade das normas internacionais, o compromisso com os tratados e convenções, ratificação e aplicabilidade dos mesmos, sua validade em confronto com as normas internas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

1.1 Conceito, nomenclatura e breve histórico do DIPú

1.2 Sujeitos de direito

1.3 A sociedade internacional

1.4 Fundamento do DIPú

1.5 Direito internacional e direito interno

1.5.1 Teoria voluntarista

1.5.2 Teoria positivista

1.5.3 Teoria dualista

1.5.4 Teoria monista

1.5.4.1 Teoria monista com primado no direito internacional

1.5.4.2 Teoria monista com primado no direito interno

2 FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.

2.1 Costume internacional

2.1.1 Conceito, histórico e hierarquia

2.1.2 Elementos: material e subjetivo

2.2 Tratados e convenções internacionais

2.2.1 Conceito, terminologia e legislação aplicável

2.2.2 Condições de validade do tratado internacional

2.2.2.1 Capacidade das partes contratantes

2.2.2.2 Habilitação dos agentes

2.2.2.3 Consentimento mútuo

2.2.2.4 Objeto lícito e possível

2.2.3 Classificação dos tratados

2.2.3.1 Quanto ao número de partes: bilaterais, plurilaterais e multilaterais

2.2.3.2 Quanto à natureza do objeto: normativos e contratuais

2.2.3.3 Quanto ao procedimento: em sentido estrito (mais de uma fase) e acordos (unifásicos)

2.2.3.4 Quanto ao ingresso de novos estados: fechados e abertos

2.2.3.5 Quanto aos efeitos jurídicos: restrito às partes e extensivos a terceiros

2.2.4 Execução dos tratados

2.2.4.1 Execução no tempo: transitórios e permanentes

2.2.4.2 Execução no espaço

2.2.4.3 Cláusula da nação mais favorecida

2.2.5 Produção do texto convencional

2.2.5.1 Competência negocial

2.2.5.2 Negociação

2.2.5.3 Assinatura

- 2.2.5.4 Ratificação
- 2.2.6 Rito legislativo do tratado internacional
- 2.2.7 Adesão ou acesso
- 2.2.8 Reserva
- 2.2.9 Extinção dos tratados internacionais
 - 2.2.9.1 Vontade comum das partes
 - 2.2.9.2 Denúncia
 - 2.2.9.3 Mudanças circunstanciais
 - 2.2.9.4 Jus cogen
- 2.2.10 Nulidades: vícios de consentimento: erro, dolo, corrupção e coação
- 2.2.11 Interpretação dos tratados internacionais
- 2.3 Princípios gerais de direito – PGD
 - 2.3.1 Conceito, histórico e generalidades
- 2.4 Jurisprudência
 - 2.4.1 Conceito e generalidades
- 2.5 Doutrina
 - 2.5.1 Conceito e generalidades
- 2.6 Analogia e equidade
 - 2.6.1 Conceito e generalidades
- 3 PERSONALIDADE INTERNACIONAL
 - 3.1 O Estado: elementos constitutivos
 - 3.1.1 Governo: conceito, formas e sistemas
 - 3.1.2 Reconhecimento do estado
 - 3.1.3 Representantes do estado
 - 3.1.4 Imunidade de jurisdição estatal
 - 3.1.4.1 Imunidade diplomática
 - 3.1.4.2 Privilégios consulares
 - 3.1.5 Responsabilidade internacional do estado.
 - 3.2 População: uma dimensão pessoal.
 - 3.2.1 População e nacionalidade
 - 3.2.2 Apatria e polipatria
 - 3.2.3 Condição de estrangeiro: ingresso, deportação, expulsão e extradição
 - 3.2.4 Passaportes: tipos e vistos de entrada
 - 3.2.4 Asilo político
 - 3.2.5 Refúgio
 - 3.3 Território
 - 3.3.1 Jurisdição ou competência
 - 3.3.2 Aquisição e perda de território
 - 3.3.3 Delimitação territorial: terras emersas, espaço aéreo e mar territorial
 - 3.4 As organizações internacionais
 - 3.4.1 Teoria geral: personalidade jurídica, órgãos e sede das OI
 - 3.4.2 Representação das OI
 - 3.5 Sujeitos de Direito Internacional Público
 - 3.5.1 Insurgentes
 - 3.5.2 Beligerantes
- 4 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE VOCAÇÃO UNIVERSAL
 - 4.1 Organização das Nações Unidas – ONU
 - 4.2 União Internacional de Telecomunicações – UIT
 - 4.3 Organização Internacional do Trabalho – OIT
 - 4.4 Organização Mundial do Comércio – OMC
 - 4.5 Fundo Monetário Internacional – FMI
 - 4.6 Organização Mundial de Propriedade Intelectual – OMPI

- 4.7 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD
- 4.8 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO
- 4.9 Organização das Nações Unidas para a Alimentação – FAO
- 4.10 Organização Mundial da Saúde – OMS
- 4.11 Fundação das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
- 5 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE VOCAÇÃO REGIONAL – BLOCOS ECONÔMICOS
- 5.1 União européia – EU
- 5.2 Mercosul
- 5.3 Organização dos Estados Americanos – OEA
- 5.4 Tratado Americano de Livre Comércio – NAFTA
- 5.5 Área de Livre Comércio das Américas – ALCA
- 5.6 Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAM
- 6 DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL
- 6.1 Conceito e considerações gerais
- 6.2 O mar
- 6.3 Rios internacionais
- 6.4 Espaço aéreo
- 6.5 Espaço sideral
- 6.6 Antártica ou Antártida – pólo sul
- 6.7 Pólo norte
- 7 LITÍGIOS INTERNACIONAIS
- 7.1 Conceitos e generalidades
- 7.2 Solução pacífica de litígios internacionais
- 7.2.1 Negociações diretas
- 7.2.2 Congressos e conferências
- 7.2.3 Bons ofícios
- 7.2.4 Mediação
- 7.2.5 Sistema consultivo
- 7.3 Meios jurisdicionais
- 7.3.1 Comissão internacional de inquérito.
- 7.3.2 Conciliação
- 7.3.3 Arbitragem
- 7.4 Meios jurídicos
- 7.4.1 Corte internacional de justiça
- 7.4.2 Corte permanente de Justiça Internacional
- 7.5 Meios coercitivos
- 7.5.1 Retorsão, represália, Embargo, rompimento das relações diplomáticas
- 7.5.2 Guerra

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: HERMENÊUTICA JURÍDICA-D

Código: 60-634

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Conceito e relação da hermenêutica com a interpretação, aplicação e integração do direito. Crítica formal e substancial da norma jurídica. Momentos políticos jurídicos na busca da norma justa. Escolas hermenêuticas do Direito.

OBJETIVO

Estimular uma reflexão crítica em relação aos princípios científicos, conteúdos, sentidos e funções das normas jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONCEITO DE HERMENÊUTICA

1.1 Distinção entre interpretação, integração e aplicação do Direito

1.2 Sistemas interpretativos. Escolas Hermenêuticas: Escola dogmática, Escola Histórico-Evolutiva e Escola da Livre

2 PESQUISA DO DIREITO

2.1 Momentos políticos jurídicos na busca da norma justa: fase da auscultação dos interesses e necessidades sociais, fase da convicção, fase das proposições, fase estética funcional da normatização

2.2 Métodos de interpretação

3 REGRAS DE HERMENÊUTICA

3.1 Lógica formal. Norma jurídica: crítica formal e substancial

3.2 Teoria da Argumentação e Teoria da Lógica do Razoável

3.3 Antinomias

4 HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

4.1 Politicidade do Direito. O direito como instância jurídica da sociedade. O sentido político do direito no contexto da sociedade. Análise crítica do tabu da neutralidade jurídica

4.2 Princípios do novo Código Civil e a dialética público e privado

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: BIODIREITO-D

Código: 60-635

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Direito e bioética. Princípios. Biodireito. A dignidade humana e o humanismo jurídico. Efeitos dos avanços científicos e tecnológicos.

OBJETIVOS

Analisar as complexas questões éticas e jurídicas que surgem em decorrência dos avanços tecnológicos e científicos relativos ao direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à liberdade das pesquisas científicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 BIOÉTICA

1.1 Sua delimitação conceitual e seus problemas

1.2. Princípios bioéticos

1.3 Declaração Universal da Bioética.

2 BIODIREITO

2.1 A relação entre a ética, a bioética e o Direito

2.2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

2.2 As normas jurídicas: princípios constitucionais e regras legais

3 QUESTÕES ÉTICO-JURÍDICAS

3.1 Proteção à vida humana

3.2 Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva

3.3 A Saúde Pública e a Bioética

3.4 Transplantes de órgãos e tecidos humanos

3.5 Direito à morte digna

3.6 Experiência científica em seres humanos

3.7 A Bioética, o Biodireito e os profissionais da saúde

3.8 Biossegurança, Bioética e Biodireito

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

6º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO DE EMPRESA II-D

Código: 60-636

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Contratos empresariais e títulos de crédito.

OBJETIVO

Estudar os contratos empresariais e os títulos de créditos no ordenamento jurídico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CONTRATOS EMPRESARIAIS

- 1.1 Introdução
- 1.2 Fontes de obrigações e do direito empresarial
- 2 CONTRATOS EMPRESARIAIS EM ESPÉCIE.**
 - 2.1 Compra e venda empresarial
 - 2.2 Contrato de Locação empresarial
 - 2.3 Contrato de depósito
 - 2.4 Contrato de Mandato
 - 2.5 Representação comercial
 - 2.6 Da comissão
 - 2.7 Da agência e distribuição
 - 2.8 Do transporte
 - 2.9 Contrato de Franquia Empresarial (*Franchising*)
 - 2.10 Arrendamento mercantil – *Leasing*
 - 2.10.1 Fatorização – *factoring*.
 - 2.10.2 Contrato de Cartão de crédito

3 TÍTULOS DE CRÉDITO

- 3.1 Introdução.
- 3.2 Noções gerais de crédito.
- 3.3 Conceitos de títulos de crédito.
- 3.4 Princípios que regem os títulos de crédito:
 - 3.4.1 Cartularidade
 - 3.4.2 Autonomia
 - 3.4.3 Literalidade
 - 3.4.4 Independência
 - 3.4.5 Abstração e causalidade
 - 3.4.6 Legalidade ou tipicidade
- 3.5 Inoponibilidade de exceções pessoais
- 3.6 Requisitos formais indispensáveis
- 3.7 Classificação dos títulos de crédito
- 3.8 Institutos Característicos dos títulos de crédito
 - 3.8.1 Endosso. Conceito e espécies
 - 3.8.2 Aval. Conceito e espécies
- 3.9 Título incompleto
- 3.10 Apresentação para pagamento
- 3.11 Protesto
 - 3.11.1 Requisitos para o protesto
 - 3.11.2 Motivos e prazos para protesto

- 3.11.3 Sustação, cancelamento, averbação e suspensão dos efeitos do protesto.
- 3.12 Execução de título de crédito
- 4 TÍTULO DE CRÉDITO EM ESPÉCIE
 - 4.1 Letra de câmbio
 - 4.1.1 Conceito, histórico e legislação aplicável
 - 4.1.2 Requisitos legais de validade da letra de câmbio
 - 4.1.3 Saque, aceite, endosso e aval
 - 4.1.4 Vencimento
 - 4.1.5 Pagamento
 - 4.1.6 Protesto
 - 4.1.7 Ação cambial e a prescrição
 - 4.1.8 Ação de anulação
 - 4.1.9 Ressaque
 - 4.2 Nota promissória
 - 4.2.1 Conceito, histórico e legislação aplicável
 - 4.2.2 Requisitos formais da nota promissória
 - 4.2.3 Nota promissória vinculada a contrato
 - 4.2.4 Saque, aval, endosso
 - 4.2.5 Protesto
 - 4.2.6 Ação cambial e a prescrição
 - 4.3 Cheque
 - 4.3.1 Conceito, natureza jurídica e características
 - 4.3.2 Legislação aplicável
 - 4.3.3 Requisitos formais
 - 4.3.4 Saque e circulação do cheque
 - 4.3.5 Apresentação para pagamento e prescrição
 - 4.3.6 A ordem de pagar e a sustação ao pagamento: revogação e oposição
 - 4.3.7 Da provisão de fundos e as sanções
 - 4.3.8 Do endosso e do aval
 - 4.3.9 Tipos de cheques
 - 4.3.10 Ações judiciais: execução, enriquecimento indevido, monitória, cobrança pelo rito ordinário
 - 4.3.11 Cadastro de emitente de cheque sem fundo – CECF
 - 4.4 Duplicata mercantil
 - 4.4.1 Conceito, histórico, espécies e legislação aplicável
 - 4.4.2 Requisitos formais
 - 4.4.3 Nota fiscal, fatura e duplicata
 - 4.4.4 Causalidade da duplicata mercantil
 - 4.4.5 Duplicata simulada
 - 4.4.6 Aceite, aval e endosso
 - 4.4.7 Protesto: por falta de aceite, pagamento e devolução
 - 4.4.8 Ação executiva e prescrição
 - 4.5 Cédulas de crédito
 - 4.5.1 Conceito e origem histórica
 - 4.5.2 Espécies e legislações aplicáveis
 - 4.5.2.1 Cédula de crédito rural pignoratícia e hipotecária
 - 4.5.2.2 Nota de crédito rural
 - 4.5.2.3 Cédula de crédito industrial
 - 4.5.2.4 Nota de crédito industrial
 - 4.5.2.5 Cédula de crédito à exportação
 - 4.5.2.6 Nota de crédito à exportação
 - 4.5.2.7 Cédula de crédito comercial
 - 4.5.2.8 Nota de crédito comercial

- 4.5.2.9 Cédula de crédito imobiliário
- 4.5.2.10 Cédula de crédito bancário
- 4.6 Títulos de crédito representativos. Conceitos e generalidades
 - 4.6.1 Conhecimento de depósito e “warrants”
 - 4.6.1.1 Requisitos legais de emissão
 - 4.6.1.2 Circulação dos títulos
 - 4.6.1.3 Responsabilidades dos endossantes.
 - 4.6.2 Conhecimento de transporte.
 - 4.6.3 Origem, definição e conceito.
 - 4.6.4 Espécies.
 - 4.6.5 Requisitos.
 - 4.6.6 Circulação.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PENAL IV-D

Código: 60-637

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Principais tipos penais. Dos crimes contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, paz pública, fé pública, administração pública. Lei Extravagantes.

OBJETIVO

Oportunizar o conhecimento e o desenvolvimento do estudo da matéria dos tipos penais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

1.1. Crime contra a liberdade sexual

1.2. Crimes sexuais contra vulnerável

1.3 Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual

1.4. Do ultraje público ao pudor

2 CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

2.1 Crimes contra o casamento

2.2 Crimes contra o estado de filiação

2.3 Crimes contra a assistência familiar

2.4 Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela

3 CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

3.1 Crimes de perigo comum

3.2 Crimes contra a saúde pública

4 CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

5 CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

5.1 Dos crimes contra a fé pública

5.2 Da moeda falsa

5.2.1 Da falsidade de títulos e outros papéis públicos

5.2.2 Da falsidade documental

5.2.3 De outras falsidades

6 DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1 Princípios gerais

6.2 Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral

6.3 Dos crimes praticados por particulares contra a administração em geral

6.4 Dos crimes contra a administração da justiça

7 LEIS PENAS EXTRAVAGANTES

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CIVIL VI A (Coisas II)

Código: 60-557

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Da Propriedade Resolúvel. Direitos reais limitados. Direitos reais de fruição. Direitos Reais de Garantia. Direito Real de Aquisição.

OBJETIVO

Estudar e compreender os direitos reais sobre a coisa alheia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1.1 Noções gerais

1.2 Espécies de propriedade resolúvel

2 DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

2.1 Noções gerais

2.2 Modos de constituição

2.3 Espécies e classificação

3 ENFITEUSE

3.1 Noções gerais

3.2 Disposições aplicáveis às enfiteuses remanescentes

4 SERVIDÕES PREDIAIS

4.1 Conceito e princípios fundamentais

4.2 Classificação

4.3 Modos de constituição

4.4 Direitos e deveres dos proprietários dos prédios serviente e dominante

4.5 Proteção jurídica.

4.6 Extinção das servidões

5 USUFRUTO

5.1 Conceito, objeto e caracteres jurídicos

5.2 Espécies de usufruto

5.3 Modos constitutivos

5.4 Direitos e deveres do usufrutuário e do nuproprietário

5.5 Extinção do usufruto

6 USO

6.1 Conceito, objeto e caracteres jurídicos

6.2 Modos de constituição

6.3 Direitos e deveres do usuário e do constituinte

6.4 Extinção do uso

6.5 Concessão de uso especial para fins de moradia

6.6 Concessão de direito real de uso

7 DIREITO REAL DE HABITAÇÃO

7.1 Conceito, objeto e caracteres jurídicos

7.2 Modos de constituição

7.3 Direitos e obrigações do habitador e do proprietário

7.4 A extinção do direito real de habitação

8 DIREITO DE SUPERFÍCIE

8.1 Conceito, noções espécies

8.2 Direitos e deveres do superficiário e do fundeio

8.3 Benfeitorias e seu destino

8.4 Extinção do direito de superfície

9 DIREITOS REAIS DE GARANTIA

9.1 Noções gerais e histórico dos DRGs

9.2 Requisitos dos DRGs

9.3 Efeitos dos DRGs

9.4 Vencimento dos DRGs

10 PENHOR

10.1 Conceito, caracteres jurídicos e modos de constituição

10.2 Penhor comum

10.3 Penhor rural

10.4 Penhor industrial

10.5 Penhor mercantil

10.6 Penhor de direitos

10.7 Penhor de títulos de crédito

10.8 Penhor de direitos

10.9 Penhor de veículos

10.10 Penhor legal

10.11 Cédulas pignoratícias

10.12 Extinção do penhor

11 ANTICRESE

11.1 Conceito, caracteres e modo de constituição

11.2 Direitos e deveres do credor e devedor anticréticos

11.3 Extinção da anticrese

12 HIPOTECA

12.1 Conceito, caracteres jurídicos e modos de constituição.

12.2 Hipoteca judicial

12.3 Hipoteca convencional

12.4 Hipoteca legal

12.5 Hipoteca censual

12.6 Direitos e deveres do credor e devedor hipotecários

12.7 Extinção da hipoteca

13 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

13.1 Conceito, caracteres e requisitos

13.2 A propriedade fiduciária no Código Civil

13.3 O decreto lei nº 611/69

13.4 Lei nº 9514/97 – AFG de Imóveis

13.5 Direitos e obrigações do credor e do devedor

13.6 O processo de execução, na inadimplência

14 DIREITO REAL DO PROMITENTE COMPRADOR DO IMÓVEL

14.1 Conceito, características

14.2 Execução e extinção.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I-D

Código: 60-639

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Noções gerais do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Poderes, Pessoas, Atos e Contratos Administrativos.

OBJETIVO

Conhecer a administração pública, sua complexidade e sua evolução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 NOÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Direito público e direito privado.
- 1.2 Natureza jurídica e conceito.
- 1.3 Fontes do direito administrativo.
- 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema Francês.
- 1.5 Sistema administrativo brasileiro.
- 1.6 Regime jurídico administrativo.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 2.1 Noções de Estado: forma de Estado e poderes de Estado.
- 2.2 Noções de governo: sistema e forma de governo
- 2.3 Administração pública: em sentido amplo e estrito, em sentido formal ou subjetivo, em sentido material ou objetivo
- 2.4 Organização da administração pública: entidades políticas e entidades administrativas, noções de centralização, descentralização e desconcentração
- 2.5 Conceito de administração direta e indireta
- 2.6 Entidades em espécie: Autarquias, Fundações, Empresas públicas, Sociedades de Economia Mista e Consórcios públicos

3 ÓRGÃOS PÚBLICOS

- 3.1 Teorias: do mandato, da representação e teoria do órgão
- 3.2 Conceito e características. Classificação: órgãos simples e compostos, órgãos singulares e colegiados, órgãos independentes, autônomos, superiores e subalternos
- 3.3 Terceiro setor, entidades paraestatais: Serviços sociais autônomos
- 3.4 Organizações sociais. Organizações da Sociedade Civil Organizada
- 3.5 Entidades de apoio
- 3.6 Agências executivas e agências reguladoras

4 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 4.1 Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público, autotutela, razoabilidade e proporcionalidade, motivação, segurança jurídica e ampla defesa.

5 DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS

- 5.1 Poder-dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas, uso e abuso de poder
- 5.2 Poderes da Administração pública: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia

6 ATOS ADMINISTRATIVOS

- 6.1 Conceito, classificação, requisitos de validade do ato administrativo, mérito do ato administrativo, motivação, atributos do ato administrativo, espécie de atos administrativos, extinção dos atos administrativos, convalidação e conversão.

7 LICITAÇÕES PÚBLICAS

- 7.1 Conceito, base legal, finalidade e objeto

- 7.2 Princípios da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo
- 7.3 Princípios doutrinários: competitividade, procedimento formal, sigilo das propostas, adjudicação compulsória
- 7.4 Obrigatoriedade de licitar e exceções: inexigibilidade e dispensa de licitação
- 7.5 Licitações diferenciadas para microempresas e empresas de pequeno porte
- 7.6 Fases do procedimento licitatório
- 7.7 Audiência pública
- 7.8 Instrumentos convocatórios: edital e convite
- 7.9 Comissão de licitação
- 7.10 Habilitação dos licitantes
- 7.11 Julgamento das propostas
- 7.12 Homologação e adjudicação
- 7.13 Tipos de licitação: menor preço, melhor técnica, técnica e preço, maior lance ou oferta
- 7.14 Modalidades de licitações: concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão
- 7.15 Anulação e revogação de licitação
- 8 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**
- 8.1 Conceito, objeto e características dos contratos administrativos
- 8.2 Prerrogativas de direito público da administração contratante
- 8.3 Prazo e duração dos contratos administrativos
- 8.4 Responsabilidade pela execução do contrato
- 8.5 Recebimento do objeto contratado
- 8.6 Extinção do contrato: anulação e rescisão
- 8.7 Teoria da imprevisão: força maior e caso fortuito, fato do príncipe, fato da administração e interferências imprevistas
- 8.8 Principais contratos administrativos: contrato de obra pública, contrato de serviços públicos, contrato de fornecimento, contrato de concessão
- 8.9 Convênios administrativos

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III-D

Código: 60-640

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Sistema recursal de direito processual civil. Recursos. Ação rescisória. Cumprimento da sentença. Processo de execução e embargos à execução.

OBJETIVO

Conhecer, analisar e aplicar a legislação, doutrina e jurisprudência relativa ao direito processual civil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 TEORIA GERAL DOS RECURSOS

- 1.1 Conceito de recurso
- 1.2 Atos processuais sujeitos a recurso
- 1.3 Natureza jurídica do recurso
- 1.4 Classificação dos recursos
- 1.5 Pressupostos dos recursos
- 1.6 Juízo da admissibilidade e juízo de mérito dos recursos
- 1.7 Efeitos dos recursos
- 1.8 Dos Princípios que norteiam os recursos
 - 1.8.1 Princípio do duplo grau de jurisdição
 - 1.8.2 Princípio da taxatividade
 - 1.8.3 Princípio da singularidade
 - 1.8.4 Princípio da fungibilidade
 - 1.8.5 Princípio da dialeticidade
 - 1.8.6 Princípio da voluntariedade
 - 1.8.7 Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias
 - 1.8.8 Princípio da proibição da reformatio in peius
 - 1.8.9 Princípio da consumação

2 DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

- 2.1 Apelação
 - 2.1.1 Outros recursos cabíveis para impugnar sentença
- 2.2 Agravos
 - 2.2.1 Agravo de Instrumento
 - 2.2.2 Agravo Retido
 - 2.2.2.1 Oral
 - 2.2.2.2 Por petição escrita
 - 2.2.3 Outros agravos
- 2.3 Embargos de Declaração
- 2.4 Embargos Infringentes
- 2.5 Recurso Ordinário
- 2.6 Embargos de Divergência
- 2.7 Recurso Especial
- 2.8 Recurso Extraordinário
- 2.9 Recurso Adesivo
- 2.10 Do processo nos Tribunais
- 2.11 Da uniformização da jurisprudência
- 2.12 Declaração de inconstitucionalidade
- 2.13 Homologação de sentença estrangeira
- 2.14 Ação rescisória

3 DAS FORMAS NÃO RECURSAIS DE IMPUGNAÇÃO OU CONTROLE DAS DECISÕES

JUDICIAIS

3.1 Correição Parcial

3.2 Mandado de Segurança

3.3 Reexame Necessário

3.4 Embargos de terceiro

3.5 Reclamação

4. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

5 EXECUÇÕES

5.1 Da teoria geral das execuções

5.2 Dos princípios que norteiam a execução

5.3 Da execução em geral

5.3.1 Partes

5.3.2 Competência

5.4 Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução

5.4.1 Título executivo

5.4.2 Inadimplemento do devedor

5.5 Da responsabilidade patrimonial

5.5.1 Efeitos, espécies e abrangência

5.5.2 Fraude à execução e fraude à credores

5.6 Disposições gerais

5.7 Da liquidação de sentença

5.8 Das diversas espécies de execução

5.9 Disposições gerais

5.10 Execução para entrega de coisa certa

5.11 Execução para entrega de coisa incerta

5.12 Execução por obrigação de fazer

5.13 Execução das obrigações de não fazer

5.14 Execução por quantia certa contra devedor solvente

5.14.1 Penhora, avaliação e arrematação

5.14.2 Citação do devedor e nomeação de bens

5.14.3 Pagamento do credor

5.14.3.1 Entrega do dinheiro

5.14.3.2 Adjudicação de imóvel

5.14.3.3 Usufruto de imóvel ou de empresa

5.15 Dos procedimentos especiais de execução por quantia certa

5.15.1 Execução contra a fazenda pública

5.15.2 Execução de prestação alimentícia

5.15.3 Execução fiscal

6 EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTORIEDADE

7 DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

7.1 Disposições gerais

7.2 Embargos à execução fundada em sentença

7.3 Embargos à execução fundada em título extrajudicial

7.4 Embargos à arrematação e à adjudicação

7.5 Embargos à execução por carta

8 DA EXECUÇÃO DE QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

8.1 Disposições gerais sobre a insolvência

8.2 Insolvência requerida pelo credor

8.3 Insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio

8.4 Declaração judicial de insolvência

8.5 Atribuições do administrador

8.6 Verificação e classificação dos créditos

8.7 Saldo devedor

8.8 Extinção das obrigações

9 DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I-D

Código: 60-641

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Direito Processual Penal. Princípios do Processo Penal. Aplicação do Direito Processual Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Efeitos civis da sentença penal. Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes. Provas. Sujeitos Processuais. Liberdade Provisória.

OBJETIVO

Compreender e interpretar as normas instrumentais para realizar um processo válido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 DO PROCESSO EM GERAL

- 1.2 Considerações preliminares
- 1.3 História do direito processual penal
- 1.4 Princípios do processo penal
- 1.5 Fontes do direito processual penal

2 APLICAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 2.1 A lei processual no tempo
- 2 A lei processual no espaço
- 2.3 A lei processual penal em relação às pessoas
- 2.4 Interpretação da lei processual penal

3 INQUÉRITO POLICIAL

- 3.1 Considerações preliminares
- 3.2 Notícia crime
- 3.3 procedimento

4 AÇÃO PENAL

- 4.1 Ação na teoria geral do processo
- 4.2 Ação penal
- 4.3 Ação penal pública incondicionada
- 4.4 Ação penal pública condicionada
- 4.5 Ação penal privada
- 4.6 Denúncia e queixa
- 4.7 Extinção da Punibilidade

5 EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL

6 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- 6.1 Questões particulares

7 QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

- 7.1 Questões prejudiciais
- 7.2 Exceções
- 7.3 Incompatibilidades e impedimentos
- 7.4 Restituição de coisas apreendidas
- 7.5 Medidas assecuratórias
- 7.6 Incidente de falsidade
- 7.7 Incidente de insanidade mental

8 PROVAS

- 8.1 Considerações gerais
- 8.2 Exame do corpo de delito e perícias em geral
- 8.3 Interrogatório do acusado
- 8.4 Confissão
- 8.5 Perguntas ao ofendido

- 8.6 Testemunhas
- 8.7 Reconhecimento de pessoas e coisas
- 8.8 Acareação
- 8.9 Documentos
- 8.10 Índícios
- 8.11 Busca e apreensão
- 9. SUJEITOS PROCESSUAIS
- 9.1 Introdução
- 9.2 O juiz
- 9.3 O acusado e seu defensor
- 9.4 O assistente
- 9.5 Os funcionários da justiça
- 9.6 Os peritos e intérpretes
- 10. PRISÃO
- 10.1 Disposições gerais
- 10.2 Prisão em flagrante
- 10.3 Prisão preventiva
- 10.4 Prisão temporária
- 10.5 Prisão administrativa
- 11. LIBERDADE PROVISÓRIA
- 11.1. Liberdade provisória sem fiança
- 11.2. Liberdade provisória com fiança

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I-D

Código: 60-642

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo e exercício das atividades de prática jurídica.

OBJETIVOS

Conhecer a estrutura, a composição e o funcionamento dos órgãos da justiça;
Preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de peças processuais;
Proporcionar a prática conciliatória de mediação, bem como acompanhamento de atos na esfera judicial e extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. PRÁTICA EXTRAFORENSE

- 1.1 Atividades de advocacia
- 1.2 Atividades de Magistratura
- 1.3 Atividades do Ministério Público
- 1.4 Organização judiciária
- 1.5 Cartórios notariais e registros públicos

2 PRÁTICA DE PROCESSO CIVIL

- 2.1 Acesso à justiça e acesso ao judiciário
- 2.2 Instrumento de procuração, substabelecimento e renúncia
- 2.3 Contratos, requerimentos e ofícios

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, produção textual e visitas a Cartórios do Fórum, Tabelionatos, Justiça Federal, Delegacias de Polícia e Presídios. A participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas, além de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

7º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO DE EMPRESA III-D

Código: 60-643

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Falência e Recuperação de empresa.

OBJETIVO

Oportunizar ao aluno um conhecimento sobre a falência e recuperação de empresa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 FALÊNCIA

- 1.1 Noções gerais
- 1.2 História
- 1.3 Natureza jurídica
- 1.4 Qualificação de empresário comercial do devedor
- 1.5 Insolvência do devedor
- 1.6 Declaração judicial da falência
- 1.7 Os credores e os efeitos da sentença declaratória da falência
- 1.8 Efeitos da falência quanto a pessoa e aos bens do falido
- 1.9 Efeitos da sentença quanto aos contratos do falido
- 1.10 Revogação de atos praticados pelo devedor antes da falência
- 1.11 Administração da falência
- 1.12 Arrecadação e guarda do patrimônio do falido
- 1.13 Pedido de restituição e dos embargos de terceiro
- 1.14 Verificação dos créditos
- 1.15 Classificação dos créditos
- 1.16 O inquérito judicial
- 1.17 Realização do ativo
- 1.18 Pagamento do passivo
- 1.19 Extinção das obrigações do falido
- 1.20 Crimes falimentares
- 1.21 Atos e normas processuais
- 1.22 Intervenção e liquidação extrajudicial

2 RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV-D

Código: 60-644

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Tutelas de Urgência. Tutela antecipatória. Tutela cautelar.

OBJETIVOS

Conhecer e analisar o direito processual civil com relação às tutelas de urgência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 TUTELAS DE URGÊNCIA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E ESPÉCIES

2 TUTELA ANTECIPADA: PRINCIPAIS ASPECTOS E ESPÉCIES

3 DO PROCESSO CAUTELAR E DAS MEDIDAS CAUTELARES

3.1 Tutela cautelar

3.2 Disposições gerais

3.3 Requisitos específicos do processo cautelar

3.4 Concessão da liminar

3.5 Poder geral de cautela do juiz

4 DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS OU NOMINADOS

4.1 Arresto

4.2 Seqüestro

4.3 Caução

4.4 Busca e apreensão

4.5 Exibição

4.6 Produção antecipada de provas

4.7 Alimentos provisionais e provisórios

4.8 Arrolamento de bens

4.9 Justificação

4.10 Protestos, notificações e interpelações

4.11 Homologação do penhor legal

4.12 Posse em nome do nascituro

4.13 Atentado

4.14 Protesto e apreensões de títulos

4.15 Outras medidas provisionais

5 DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES INOMINADOS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II-D

Código: 60-645

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Atos Processuais. Citações e Intimações. Sentença. Dos Processos em Espécie: Processo comum e Processos Especiais.

OBJETIVO

Compreender e interpretar as normas instrumentais do processo penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 ATOS PROCESSUAIS

1.1 Fatos e atos processuais

2 CITAÇÕES E INTIMAÇÕES

2.1 Citações

2.2 Intimações

3 SENTENÇA

3.1. Sentença em geral

3.2. Sentença absolutória

3.3. Sentença condenatória

3.4. Publicação e intimação

3.5. Coisa julgada

4 PROCEDIMENTOS COMUNS

4.1 Procedimento comum ordinário

4.2 Procedimento comum sumário

5 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

5.1 Procedimento do Tribunal do Júri

5.2 Procedimento dos crimes falimentares

5.3 Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos

5.4. Procedimento dos crimes contra a honra.

5.5 Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial

5.6 Procedimento dos crimes da Lei de Drogas

5.7 Procedimento da Lei Maria da Penha

5.8 Procedimento de restauração de autos extraviados ou destruídos

5.9 Processos de competência dos Tribunais

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CIVIL VII-D

Código: 60-646

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Direito de Família. Entidades familiares. Relações de Parentesco. Casamento. União Estável. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Filiação. Direitos Protetivos.

OBJETIVO

Conhecer o Direito de Família e estudar seus aspectos fundamentais e sua importância para a sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA
- 2 AS ENTIDADES FAMILIARES
- 3 O CASAMENTO
- 4 A UNIÃO ESTÁVEL
- 5 AS RELAÇÕES DE PARENTESCO
- 6 FILIAÇÃO: BIOLÓGICA E SOCIOAFETIVA
 - 6.1 Reconhecimento voluntário e oficioso
 - 6.2 Investigação de paternidade e maternidade
- 7 ADOÇÃO
- 8 PODER FAMILIAR
- 9 ALIMENTOS
- 10 DIREITOS PROTETIVOS: TUTELA E CURATELA.
- 11 MEDIAÇÃO FAMILIAR

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II-D

Código: 60-647

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Serviços Públicos. Servidores Públicos. Bens Públicos. Intervenção na Propriedade e no Domínio Econômico. Responsabilidade da Administração Pública. Controle Judicial da Administração Pública. Organização Administrativa Brasileira.

OBJETIVO

Compreender a administração pública, seu poder intervencionista e a necessidade de órgãos para implementação dos serviços públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 AGENTES PÚBLICOS

1.1 Classificação: agentes políticos, agentes administrativos, agentes honoríficos, agentes delegados e agentes credenciados

1.2 Servidores públicos: acesso a função, cargos e empregos públicos, princípio da organização legal do serviço público

1.3 Requisitos para acesso a cargos e empregos públicos

1.4 Concurso público: exigência, prazo de validade, prioridade na nomeação, reserva de cargos e empregos públicos para portadores de deficiência

1.5 Cargos em comissão e função de confiança

1.6 Contratação por prazo determinado

1.7 Direito de associação sindical e de greve

1.8 Remuneração dos agentes públicos: fixação, subsídio, vencimento, salário

1.9 Limites de remuneração, equiparação, acréscimos pecuniários, irredutibilidade dos vencimentos e subsídio

1.10 Administração tributária

1.11 Acumulação de cargos e empregos públicos

1.12 Servidores em exercício de mandato eletivo

1.13 Regime jurídico

1.14 Direitos e garantias

1.15 Estabilidade

1.16 Perda do cargo público

1.17 Regime de previdência

1.18 Responsabilidades: civil, administrativa, por improbidade e penal

2 RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEPÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Teorias: irresponsabilidade do Estado, responsabilidade subjetiva, teoria da culpa administrativa, responsabilidade objetiva

2.2 Evolução da responsabilidade civil

2.3 Fundamentos justificadores da responsabilidade objetiva

2.4 O artigo 37, § 6º da Constituição, responsabilidade objetiva

2.5 Responsabilidade subjetiva

2.6 Excludentes e atenuantes da responsabilidade civil da administração: força maior e caso fortuito, culpa exclusiva da vítima, culpa de terceiro

2.7 Outras formas de responsabilização: responsabilidade por danos de obras públicas, responsabilidade por atos legislativos, responsabilidade por atos jurisdicionais

2.8 Ação de reparação de danos, particular verso administração pública

2.9 Ação regressiva, administração verso agente público

3 SERVIÇOS PÚBLICOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES.

- 3.1 Formas de prestação dos serviços públicos
- 3.2 Regulamentação e controle. Concessão e permissão de serviços públicos
- 3.3 Autorização de serviço público
- 4 **CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO.**
- 4.1 Classificação das formas de controle: Conforme a origem, conforme o momento de exercício, quanto ao aspecto controlado e quanto a amplitude
- 4.2 Controle exercido pela administração sobre seus próprios atos
- 4.3 Processo administrativo
- 4.4 Controle legislativo
- 4.5 Controle judiciário
- 4.6 Controle judicial em espécie: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública
- 4.7 Improbidade administrativa
- 5 **BENS PÚBLICOS: CONCEITO**
- 5.1 Classificação: quanto a titularidade, destinação e disponibilidade
- 5.2 Características: inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade, não onerosidade
- 5.3 Afetação e desafetação
- 5.4 Principais espécies: terras devolutas, terrenos de marinha, terrenos acrescidos, terrenos reservados, terras ocupadas pelos índios, águas públicas
- 5.5 Uso privativo de bens públicos por particulares
- 6 **INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE E NO DOMÍNIO ECONÔMICO: AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL.**
- 6.1 Fundamento da intervenção
- 6.2 Competência
- 6.3 Modos de intervenção: servidão administrativa, requisição, ocupação temporária, limitação administrativa, tombamento, desapropriação
- 6.4 Atuação do Estado no domínio econômico: monopólio, repressão ao abuso econômico, tabelamento de preços, criação de empresas estatais

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II-D

Código: 60-648

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo e exercício das atividades de práticas jurídicas e processuais no âmbito civil.

OBJETIVOS

Preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de peças processuais; Proporcionar a prática conciliatória de mediação, bem como acompanhamento de atos na esfera judicial e extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROCESSO DE CONHECIMENTO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUMÁRIO

2 REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL: NOS RITOS ORDINÁRIO E SUMÁRIO

2.1 Causas de indeferimento da petição inicial. Complementação da petição inicial

3 ATITUDES DO RÉU

3.1 Defesa do réu: Contestação

3.2 Intervenção de terceiros provocadas pelo réu: nomeação a autoria, denúncia a lide, chamamento ao processo

3.3 Reconvenção

3.4 Ação declaratória incidental

3.5 Exceções: Exceções de impedimento e suspeição, exceção de incompetência relativa

3.6 Outras formas de defesa do réu: Incidente de falsidade documental, impugnação ao valor da causa, impugnação a assistência judiciária gratuita

3.7 Execuções

3.8 Procedimentos especiais

3.9 Recursos

4 ALEGAÇÕES E MEMORIAIS

5 PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e práticas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente; participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas. Elaboração de peças processuais, prestação no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

Disciplina: DIREITO AGRÁRIO - D

Código: 60-649

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

O direito agrário à luz da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional. A política agrícola e reforma agrária no Brasil. Figuras jurídicas agrárias. Espécies de contratos agrários. Movimentos populares no contexto agrário.

OBJETIVO

Oferecer para o debate e reflexão o quadro normativo do direito agrário brasileiro, com vistas à preservação, uso racional e cumprimento da função social da propriedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 O DIREITO AGRÁRIO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.1 Interpretação

1.2 Análise crítica

2 LEGISLAÇÃO AGRÁRIA INFRACONSTITUCIONAL

2.1 O Estatuto da Terra

2.2 A questão da desapropriação para fins de reforma agrária.

3 OS CONTRATOS AGRÁRIOS

3.1 Espécies

3.2 Proteção legal

4 A REFORMA AGRÁRIA E A POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL

4.1 Figuras jurídicas agrárias

4.2 O proprietário

4.3 O posseiro

4.4 O arrendatário

5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

5.1 Movimentos sociais no contexto agrário

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

8º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO AMBIENTAL-D

Código: 60-650

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Aspectos históricos e estudo do Direito Ambiental numa perspectiva interdisciplinar. Fundamentos e princípios do Direito Ambiental. Direito Ambiental na Constituição. Direito Ambiental e Sustentabilidade. Legislação Ambiental infraconstitucional. Tratados internacionais ambientais.

OBJETIVO

Estudar o quadro normativo do direito ambiental para aplicação crítica dos instrumentos jurídicos, numa perspectiva indisciplinar de sustentabilidade socioambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO MEIO AMBIENTE

1.1 Congressos, referências, encontros internacionais sobre a questão ambiental

2 O ESTUDO DO MEIO AMBIENTE NUMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

2.1 Necessidade ética

2.2 Necessidade social e

2.3 Necessidade econômica

3. DIREITO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS BÁSICOS

4 DIREITO AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO

5 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL INFRACONSTITUCIONAL

5.1 Política ambiental no Brasil

5.2 O impacto ambiental à luz da legislação

5.3 A ação civil pública na defesa do meio ambiente

5.4 O código ambiental do Rio Grande do Sul

5.5 Legislação sobre condutas e atividades lesivas ao meio ambiente

5.6 Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

5.7 Aspectos processuais do direito Ambiental

5.8 O direito ambiental e a legislação correlata

5.8.1 O Código de Águas

5.8.2 O Código Florestal

5.8.3 O Código Penal

5.8.4 O Código Civil

5.8.5 O Código de Pesca

5.8.6 O Código de Mineração e

5.8.7 Outros Códigos e Leis esparsas

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção

textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL III-D

Código: 60-651

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Das Nulidades e dos Recursos em Geral. Relações Jurisdicionais com autoridades Estrangeiras. Das Disposições gerais do Código de Processo Penal.

OBJETIVO

Compreender e interpretar as normas instrumentais para realizar um processo válido.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 DAS NULIDADES

1.1 Nulidades

1.1.1 Nulidades em geral

1.1.2 Nulidades em espécie

1.1.3 Arguição, saneamento e efeitos

2 DOS RECURSOS

2.1 Noções gerais dos recursos

2.2 Espécies

2.2.1 Recurso em sentido estrito

2.2.2 Apelação

2.2.3 Embargos

2.2.4 Revisão

2.2.5 Recurso extraordinário

2.2.6 Recurso especial

2.2.7 Recurso ordinário constitucional

2.3 Carta Testemunhável

2.4 Correição parcial

2.5 Habeas corpus

2.6 Mandato de Segurança

3 DAS RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADE ESTRANGEIRA

3.1 Relações jurídicas internacionais

3.2 Homologação de sentenças estrangeiras

4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

4.1 Audiências e sessões

4.2 Prazos

4.3 Custas e honorários

4.4 Estatística judiciária criminal

5 DA EXECUÇÃO PENAL

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção

textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V-D

Código: 60-652

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Procedimentos Especiais. Procedimentos de Jurisdição Voluntária e Contenciosa. Leis Extravagantes.

OBJETIVO

Estudar princípios e as normas básicas do processo civil, relativamente aos procedimentos especiais de Jurisdição Voluntária e Contenciosa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA PREVISTOS NO CPC

1.1 Das noções gerais

1.2 Da ação de consignação em pagamento

1.3 Da ação de depósito

1.4 Da ação de prestação de contas

1.5 Das ações possessórias

1.5.1 Das disposições gerais

1.5.2 Da manutenção e reintegração de posse

1.5.3 Do interdito proibitório

1.6 Da ação de nunciação de obra nova

1.7 Da ação de usucapião

1.8 Da ação de divisão e de demarcação de terras particulares

1.9 Do inventário e da partilha

1.10 Dos embargos de terceiro

1.10.1 Das generalidades

1.10.2 Do procedimento

1.11 Da habilitação

1.12 Da restauração de autos

1.13 Da venda a crédito com reserva de domínio

1.14 Da ação monitória

1.14.1 Da noção histórica do instituto

1.14.2 Dos requisitos

1.14.3 Do procedimento

2 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM LEIS EXTRAVAGANTES

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO I-D

Código: 60-653

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Conflito entre Capital e trabalho e o conseqüente surgimento do Direito do Trabalho. Conceito de trabalho. Direito social brasileiro, no âmbito constitucional e ordinário. Da relação individual de trabalho. Do contrato de trabalho.

OBJETIVO

Possibilitar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos do Direito do trabalho, através de uma análise da doutrina, dos textos legais e da jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 DEFINIÇÃO DE DIREITO DO TRABALHO

- 1.1 Evolução histórica do Direito do Trabalho
- 1.2 Autonomia e relação com os demais ramos do direito
- 1.3 Fontes do Direito do Trabalho
- 1.4 Aplicação das normas de Direito do Trabalho
- 1.5 Princípios do Direito do Trabalho
- 1.6 Relação de emprego – traços singulares
- 1.7 Flexibilização e desregulamentação. Terceirização
- 1.8 Contrato de trabalho. Definição legal. Características. Objeto. Sujeitos. Formação do contrato individual de trabalho. Prova do contrato de trabalho. Duração do contrato individual do trabalho. Contrato por tempo determinado. Contrato por tempo indeterminado
- 1.9 Execução do contrato de trabalho. Obrigações dos sujeitos contratantes

2 SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. DEFINIÇÃO

- 2.1 Elementos integrantes do salário
- 2.2 Tipos especiais de salários
- 2.3 Critérios de fixação do salário. Salário e indenização. 13º SALÁRIO
- 2.4 Alteração do contrato de trabalho e poder de direção do empregador
- 2.5 FGTS
- 2.6 Duração do Trabalho: definições; empregados excluídos, classificação
- 2.7 Duração do Trabalho: continuação

3 INTERMITÊNCIAS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

- 3.1 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho
- 3.2 Intervalos e repousos remunerados/feriados. Férias

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO FINANCEIRO-D

Código: 60-654

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Necessidade pública. Receita pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Repartição da Receita Tributária. Responsabilidade Fiscal. Controle e fiscalização da Gestão Fiscal.

OBJETIVOS

Conhecer e entender os problemas que se situam no campo das Finanças, Receita e Despesas Públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 Necessidades públicas
- 1.2 O Estado: evolução e fins
- 1.3 Atividade financeira do estado
- 1.4 Os serviços públicos: gerais e especiais
- 1.5 Ciência das finanças
- 1.6 Direito fiscal

2 RECEITA PÚBLICA

3 DESPESA PÚBLICA

4 ORÇAMENTO PÚBLICO

5 CRÉDITO PÚBLICO

6 GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

7 DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA CONSTITUCIONAL

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: MONOGRAFIA I-D

Código: 60-655

Carga Horária: 45h

Nº de Créditos: 03

EMENTA:

Revisão de conteúdos de metodologia científica e da pesquisa voltados elaboração do projeto de monografia.

OBJETIVOS

Orientar o(a) acadêmico(a) na elaboração do projeto de monografia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 O TRABALHO CIENTÍFICO (NORMAS CIENTÍFICAS)

2 PROJETO DO TRABALHO CIENTÍFICO

2.1 Título

2.2 Tema

2.3 Delimitação do tema

2.4 Problema

2.5 Justificativa

2.6 Metodologia

2.7 Fundamentação teórica

2.8 Plano de trabalho

2.9 Objetivos

2.10 Metodologia

2.11 Cronograma

2.12 Referências

METODOLOGIA

Orientação sobre a elaboração do referencial teórico; elaboração e aprovação do projeto.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados pelo seu desempenho na elaboração do referencial teórico e pela elaboração e apresentação do projeto.

Disciplina: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III-D

Código: 60-656

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo e exercício das atividades de práticas jurídicas e processuais penais.

OBJETIVOS

Preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de peças processuais.

Proporcionar a prática conciliatória de mediação, bem como acompanhamento de atos na esfera judicial e extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PRÁTICA DE PROCESSO PENAL

1.1 Inquérito policial

1.2 Ação penal

1.3 Queixa crime e denúncia

1.4 Alegações preliminares – defesa prévia – art. 395 CPP

1.5 Alegações finais.

1.6 Sentenças

1.7 Recursos penais

1.8 Habeas Corpus

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas e práticas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual. Pesquisa com jurisprudências, participação em audiências e/ou outros atos, apresentação de relatórios, elaboração de peças processuais, atendimento aos clientes.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida, bem como acompanhamento de processos. As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas. Acompanhamento de audiências e apresentação de relatórios.

Disciplina: DIREITO CIVIL VIII -D (Sucessões)

Código: 60-657

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Direito das Sucessões. Da Herança e seus herdeiros. Sucessor a título universal e a título singular. Direito de representação. Sucessão testamentária. Deserdação. Sonegados. Colaço. Inventário e Partilha.

OBJETIVO:

Estudar e compreender o direito das sucessões e suas implicações jurídicas e sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 DIREITO DAS SUCESSÕES: GENERALIDADES.
- 2 HERANÇA
- 3 TRANSMISSÃO DA HERANÇA
- 4 ACEITAÇÃO DA HERANÇA
- 5 RENÚNCIA DA HERANÇA
- 6 SUCESSÃO A TÍTULO UNIVERSAL
- 7 SUCESSÃO A TÍTULO PARTICULAR
- 8 INDIGNIDADE
- 9 SUCESSÃO LEGÍTIMA
- 10 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO
- 11 SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA
- 12 DESERDAÇÃO
- 13 SONEGADOS
- 14 COLAÇÃO
- 15 INVENTÁRIO E PARTILHA
- 16 SUCESSÃO DOS AUSENTES.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

9º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL-D

Código: 60-658

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Propriedade industrial. Direito autoral. Direitos conexos. Novos institutos da propriedade intelectual.

OBJETIVOS

Estudar e instrumentalizar o acadêmico nos diversos aspectos relativos à propriedade intelectual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROPRIEDADE INDUSTRIAL

- 1.1 Conceito
- 1.2 Importância e histórico
- 1.3 Princípios específicos
- 1.4 Condições para o registro
- 1.5 Forma de apresentação
- 1.6 Marca de alto renome e marca notoriamente conhecida
- 1.7 Marca coletiva, de certificação e tridimensional
- 1.8 Processo administrativo de registro de marca
- 1.9 Contrato de licenciamento

2 OUTROS SINAIS DISTINTIVOS

- 2.1 Nome comercial e título de estabelecimento
- 2.2 Indicações geográficas

3 PATENTES

- 3.1 Conceito
- 3.2 Importância para o desenvolvimento tecnológico
- 3.3 Princípios específicos
- 3.4 Condições para obtenção da patente
- 3.5 Aperfeiçoamentos posteriores
- 3.6 Processo administrativo do pedido de patente

4 DESENHOS INDUSTRIAIS

- 4.1 Conceito
- 4.2 Vigência e registro
- 4.3 Processo administrativo do pedido de registro de desenho industrial

5 PROCEDIMENTOS JUDICIAIS

- 5.1 Cíveis
- 5.2 Criminais

6 DIREITO AUTORAL

- 6.1 Conceito e abrangência
- 6.2 Importância para o desenvolvimento econômico, cultural e social

7 DIREITO MORAL DO AUTOR

- 7.1 Integridade
- 7.2 Paternidade
- 7.3 Indicação do nome
- 7.4 Inédito
- 7.5 Arrependimento
- 7.6 Modificação

8 DIREITO PATRIMONIAL DO AUTOR

- 8.1 Utilização da obra
- 8.2 Sequência
- 8.3 Restrições ao direito do autor
- 8.4 Cessão dos direitos do autor
- 9 DIREITOS CONEXOS
- 10 SOFTWARE E PROTEÇÃO DO DIREITO DO AUTOR
- 10.1 Registro de software
- 11 VIOLAÇÃO DO DIREITO DO AUTOR
- 11.1 Procedimentos judiciais
- 11.2 Crimes contra o direito do autor
- 11.3 Ações cíveis e criminais
- 12 PREVISÃO CONSTITUCIONAL
- 13 ACORDOS INTERNACIONAIS

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO II-D

Código: 60-659

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Extinção do contrato de trabalho. Análise da estabilidade no emprego. Regulamentações gerais e especiais do trabalho. Estudo dos contratos especiais do trabalho. Conflitos coletivos do trabalho. Representantes das categorias profissionais e econômicas. Negociações coletivas do trabalho, acordo, convenções e dissídio coletivo.

OBJETIVO

Possibilitar aos acadêmicos conhecimentos técnicos e práticos do direito do trabalho, através de uma análise da doutrina, dos textos legais e da jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E SEUS EFEITOS

- 1.1 Resilição unilateral - Dispensa do empregado
- 1.2 Resilição unilateral - demissão de empregado
- 1.3 Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato
- 1.4 Justa causa
- 1.5 Atos faltosos do empregado
- 1.6 Atos faltosos do empregador
- 1.7 Obrigações decorrentes da dissolução de contrato
- 1.8 Impossibilidade da execução do contrato de trabalho por fato não imputado aos contratantes
- 1.9 Fundo de garantia do tempo de serviço
- 1.10 Estabilidade no emprego: Efeitos nas relações entre capital x trabalho

2 CONTRATOS DE TRABALHO - SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 2.1 Contrato de empreitada
- 2.2 Trabalhador autônomo
- 2.3 Trabalho avulso
- 2.4 Trabalho eventual
- 2.5 Contrato temporário de trabalho

3 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

3.1 Artistas, aeronautas, atleta, profissional, bancário, empregado doméstico, ferroviário, jornalista, marítimos, músicos profissionais, portuários e avulsos, professores, trabalhador rural, vigia e vigilante e outros

4 TRABALHO DA MULHER

5 TRABALHO DO MENOR

6 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 6.1 Insalubridade e periculosidade
- 6.2 Prevenção dos infortúnios do trabalho
- 6.3 Inspeção do Trabalho: Fiscalização

7 DURAÇÃO DO TRABALHO

- 7.1 Fadiga; causa e conseqüências

8 DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

- 8.1 Organização sindical
- 8.2 Liberdade sindical
- 8.3 Representação dos trabalhadores nas empresas
- 8.4 Conflito coletivo de trabalho: Formas de solução: Autodefesa, autocomposição, heterocomposição
 - 8.4.1 Negociação coletiva de trabalho
 - 8.4.2 Convenção e acordo coletivo de trabalho

8.4.3 Contrato coletivo de trabalho

8.4.4 Dissídio Coletivo

8.4.5 Greve: tipos e amplitude

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO DO CONSUMIDOR-D

Código: 60-660

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Natureza jurídica do CDC. Princípios constitucionais do CDC. Responsabilidade civil no CDC. Direito à informação e regulação da publicidade. Contratos de consumo. Aspectos processuais do CDC.

OBJETIVO

Estudar e conhecer os elementos básicos da relação de consumo e os direitos e deveres do consumidor e do fornecedor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 NATUREZA JURÍDICA DO CDC
- 2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CDC
- 3 CONCEITUAÇÃO
 - 3.1 Consumidor
 - 3.2 Fornecedor
 - 3.3 Relação de consumo;
 - 3.4 Direitos básicos do consumidor
- 4 RESPONSABILIDADE CIVIL NO CDC
 - 4.1 Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço
 - 4.2 Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço
- 5 DIREITO À INFORMAÇÃO E REGULAÇÃO DA PUBLICIDADE
- 6 PRÁTICAS COMERCIAIS ABUSIVAS
- 7 CONTRATOS DE CONSUMO: CLÁUSULAS ABUSIVAS E O CDC
- 8 ASPECTOS PROCESSUAIS DO CDC

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO-D

Código: 60-661

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Introdução ao Direito Tributário. Sistema Tributário Nacional. Competência Tributária. Obrigação Tributária. Crédito tributário. Tributos. Responsabilidade tributária, limitações constitucionais do Poder de tributar, extinção e suspensão do crédito tributário.

OBJETIVOS

Conhecer o sistema tributário nacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 SISTEMA TRIBUTÁRIO
- 2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
- 3 FATO GERADOR
- 4 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
- 5 CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- 6 TRIBUTOS FEDERAIS
- 7 TRIBUTOS ESTADUAIS
- 8 TRIBUTOS MUNICIPAIS
- 9 CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS
- 10 CONTRIBUIÇÕES PARAFISCAIS
- 11 RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
- 12 LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR
- 13 SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO
- 14 EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, projetor,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO PREVIDENCIÁRIO-D

Código: 60 -662

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Política Social. A história da Previdência. Norma jurídica previdenciária. Organização e custeio da Previdência Social. Benefícios, finalidade e princípios da Previdência Social. Tendências do direito previdenciário.

OBJETIVOS

Estudar as noções básicas de direito previdenciário;

Analisar as tendências previdenciárias e suas implicações sociais e jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A SEGURIDADE SOCIAL

1.1 Conceito e evolução da previdência social

2 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Leis 8.212 e 8.213/91 e Decreto n. 3.048/99)

2.1 Direito previdenciário

2.2 Aplicação das normas de direito previdenciário: Vigência e eficácia

2.3 Fontes

2.4 Princípios

2.5 A Seguridade social brasileira

3 PLANOS DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1 Regime de previdência social

3.2 Espécies de benefícios - acidente do trabalho e doenças ocupacionais

3.3 Carência para os benefícios - cálculos dos benefícios

3.4 Reajuste das mensalidades dos benefícios

3.5 Habilitação aos benefícios: requerimento do benefício - confirmação do Benefício

3.6 Termo inicial dos benefícios - prescrição e decadência em matéria previdenciária

3.7 Cumulações de benefícios - tempo de serviço para a obtenção dos benefícios

4 PLANO DE CUSTEIO: LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

4.1 Sistema de financiamento da seguridade social

4.2 Contribuições ao sistema

4.3 Isenções das contribuições para a seguridade social

4.3.1 Remissão e anistia

4.4 Salário de contribuição - escala de salário-base

4.5 Competência para arrecadar, fiscalizar e cobrar as contribuições

4.6 Contribuições e outras importâncias não recolhidas: constituição do débito; decadência e prescrição; multa; parcelamento; responsabilidade solidária

4.7 Responsabilidade pelos recolhimentos: construção civil, sócios, tomadores de serviços, administradores públicos

4.8 Decadência e prescrição das contribuições

4.9 Matrícula da empresa - Prova de inexistência de débito

4.10 Constituição do crédito previdenciário - dívida ativa

4.11 Procedimento de execução - dos crimes contra a previdência

5 SISTEMA PRÓPRIO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

5.1 Instituto de previdência dos servidores da união

5.2 Institutos de previdência dos servidores dos estados

5.3 Institutos de previdência dos servidores dos municípios

5.4 Organização - gestão - abrangência

5.5 Instituições previdenciárias dos servidores dos estados e dos municípios

6 INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

6.1 Regulamentação - gestão

6.2 Modelos de Instituições privadas de previdência social

6.3 Instituto assistencial dos advogados do Rio Grande do Sul - IASARGS

7 SAÚDE

7.1 Conceito, princípio e diretrizes – sistema único de saúde;

7.2 Descentralização. Financiamento - instituições privadas.

8 TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

8.1 A Globalização e a crise estado-previdência as mudanças no direito comparado

8.2 Perspectivas da seguridade social brasileira

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: MONOGRAFIA II - D

Código: 60-663

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Orientação metodológica e de conteúdo na elaboração do trabalho monográfico.

OBJETIVOS:

Oportunizar um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o acadêmico a elaborar uma monografia jurídica;

Orientar na elaboração do trabalho monográfico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PARTES DO TRABALHO CIENTÍFICO DE CONCLUSÃO DE CURSO

2 ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS (INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSIDERAÇÕES FINAIS)

3 REVISÃO METODOLÓGICA E LINGUÍSTICA

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através da produção textual e pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV -D

Código: 60-664

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo e exercício das atividades de práticas jurídicas nos âmbitos administrativo e fiscal.

OBJETIVOS

Preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de peças processuais; Proporcionar a prática conciliatória de mediação, bem como acompanhamento de atos na esfera judicial e extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROCESSO ADMINISTRATIVO

- 1.1 Conceituação de processo administrativo
- 1.2 Relação processual administrativa
- 1.3 Processo administrativo brasileiro
- 1.4 Classificação do processo administrativo brasileiro
- 1.5 Sindicância administrativa
- 1.6 Processo administrativo disciplinar
- 1.7 Processo administrativo de controle
- 1.8 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa
- 1.9 Processo administrativo na jurisprudência e nas repartições públicas

2 PROCESSO TRIBUTÁRIO

- 2.1 Procedimento e processo administrativo fiscal
- 2.2 A Fazenda pública em juízo
- 2.3 Ação declaratória
- 2.4 Ação Anulatória do ato declarativo da dívida
- 2.5 Ação de consignação em pagamento
- 2.6 Ação cautelar
- 2.7 Mandado de segurança
- 2.8 Repetição do indébito tributário
- 2.9 Execução fiscal
- 2.10 Ação cautelar fiscal
- 2.11 Processo tributário na jurisprudência e no contencioso administrativo

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e práticas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente; participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas. Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Código: 60-665

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Direitos Humanos e transformação social. Cidadania e Pluralismo.

OBJETIVOS

Estudar e compreender a importância dos Direitos Humanos, a cidadania e o pluralismo diante das transformações sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 UNIVERSO CONCEITUAL DA CIDADANIA: CIRCUNSCREVENDO A CIDADANIA ENQUANTO CONCEITO E PRÁXIS

2 A CIDADANIA-ELEIÇÃO À CIDADANIA-CONSUMO MEDIADAS PELA CIDADANIA-PARTICIPAÇÃO.

3 O UNIVERSO PLURAL DA CIDADANIA: DA CIDADANIA ÀS CIDADANIAS A MUDANÇA DO PACTO: DA CIDADANIA ÀS CIDADANIAS, DO MASCULINO AO FEMININO, DO BRANCO AO NEGRO, DO PROPRIETÁRIO AO NÃO PROPRIETÁRIO, DO ADULTO À CRIANÇA, O ADOLESCENTE, O IDOSO.

4 O UNIVERSO GEOPOLÍTICO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA: LOCAL-NACIONAL-PLANETÁRIO

5 O UNIVERSO CONCEITUAL E FUNCIONAL DO DIREITO: CIRCUNSCREVENDO O DIREITO ENQUANTO DIREITO ESTATAL (LEI), SABER, E SISTEMA DE JUSTIÇA. DIREITO E DIREITOS: DO DIREITO PENAL AO DIREITO CONSTITUCIONAL. O DIREITO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

6 O UNIVERSO AMBIVALENTE DO DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. A CIDADANIA E OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL E NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: MEDICINA LEGAL

Código: 40-236

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Introdução à Medicina Legal. Antropologia Forense. Perícia e Peritos. Documentos médicos legais. Lesões corporais. Traumatologia Forense. Investigações de Paternidade. Sexologia judiciária. Psicologia forense. Psiquiatria forense. Toxicofilias de interesse médico-legal. Tanatologia forense. Balística.

OBJETIVO

Estudar e conhecer os principais aspectos da Medicina Legal e seus reflexos na esfera jurídica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO A MEDICINA LEGAL

- 1.1 Conceito
- 1.2 Relações diversas com as outras ciências
- 1.3 Divisão
- 1.4 Perícia Médico legal
- 1.5 Perícias e peritos
- 1.6 Documentos Médico-legais

2 ANTROPOLOGIA FORENSE

- 2.1 Antropologia Médico-Legal
- 2.2 Antropologia Judiciária

3 LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA PENAL E CÍVEL

- 3.1 Conceito
- 3.2 Classificação
- 3.3 Legislação

4 TRAUMATOLOGIA MÉDICO-LEGAL

- 4.1 Classificação das energias responsáveis
- 4.2 Diagnóstico da lesões

5 INFORTUNÍSTICA

- 5.1 Conceito
- 5.2 Acidente e doença do trabalho
- 5.3 Perícia
- 5.4 Legislação

6 SEXOLOGIA FORENSE

- 6.1 Casamento, separação e divórcio
- 6.2 Investigação de paternidade
- 6.3 Aborto
- 6.4 Infanticídio
- 6.5 Sexologia Criminal
- 6.6 Transtorno da sexualidade

7 TANATOLOGIA

- 7.1 Conceito
- 7.2 Generalidades
- 7.3 Diagnóstico da Realidade da Morte
- 7.4 Cronotanatocnose

8 IMPUTABILIDADE PENAL E CAPACIDADE CIVIL

- 8.1 Capacidade de entendimento
- 8.2 Capacidade de determinação
- 8.3 periculosidade

9 BALÍSTICA

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

10º SEMESTRE

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO – II-D

Código: 60-666

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Principais noções sobre os Impostos federais, estaduais e municipais. Repartição das Receitas Tributárias. O Processo Tributário Administrativo. O Processo Tributário Judicial. A Consulta. Direito Penal Tributário.

OBJETIVOS

Estudar os impostos nas esferas federal, estadual e municipal, a repartição das receitas tributárias.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- 1 Os Impostos federais, estaduais e municipais.
- 2 A Repartição das Receitas Tributárias.
- 3 O Processo Tributário Administrativo.
- 4 O Processo Tributário Judicial.
- 5 A Consulta.
- 6 O Direito Penal Tributário.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL-D

Código: 60-667

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

As dimensões éticas do exercício das profissões jurídicas. Código de Ética e o Estatuto de advocacia.

OBJETIVO

Abordar e estudar as diferentes questões éticas referentes ao cotidiano do profissional do Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 REGRAS DEONTOLÓGICAS FUNDAMENTAIS

- 1.1 Importância da deontologia
- 1.2 Existência de dever moral
- 1.3 Fontes da deontologia jurídica
- 1.4 Responsabilidade social das profissões
- 1.5 Sanção e responsabilidade moral

2 DEONTOLOGIA JURÍDICA

- 2.1 O Advogado
- 2.3 Do processo disciplinar
- 2.4 O juiz
- 2.5 O Ministério Público
- 2.6 Destinação Legal dos Auxiliares da Justiça

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO-D

Código: 60-668

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Relações sociais e conflitos de leis no espaço. Fontes do direito internacional privado. Elementos de conexão. Aplicação do direito estrangeiro. Sistema brasileiro de direito internacional privado.

OBJETIVO

Conhecer e compreender a dinâmica e o alcance das normas internas e sua força para solucionar os conflitos dentro de uma ordem espacial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 DIREITO INTERNACIONAL

- 1.1 Conceito de direito internacional
- 1.2 Diferença entre o direito interno e o direito internacional
- 1.3 A formação do direito internacional

2 MULTIPLICIDADE DE RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO

- 2.1 Conflito de leis
- 2.2 Objeto do direito internacional privado
- 2.3 Solução de conflitos no espaço
- 2.4 O Direito intertemporal
- 2.5 A aproximação entre o direito privado e o direito internacional público

3 FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 3.1 Internas
 - 3.1.1 Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro
- 3.2 Externas
 - 3.2.1 Código de Bustamante
 - 3.2.2 Tratados e Convenções
- 3.3 Partes contratantes
 - 3.3.1 Habilitação
 - 3.3.2 Objeto
 - 3.3.3 Fim dos tratados

4 ELEMENTOS DE CONEXÃO

- 4.1 Direitos pessoais
 - 4.1.1 De família
 - 4.1.2 Das obrigações
- 4.2 Direitos reais
 - 4.2.1 Lex Rei Sitae

5 A APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

- 5.1 Razões
- 5.2 Utilidades
- 5.3 Justiça
- 5.4 Aplicação direta e indireta
- 5.5 Sistema de homologação das sentenças estrangeiras

6 LIMITES À APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO

- 6.1 Ordem pública
- 6.2 Fraude à Lei
- 6.3 Instituições desconhecidas
- 6.4 *Pré lévent*
- 6.5 Fovor Negotti

7 SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

7.1 Lei de introdução ao Código Civil

7.2 Naturalização

7.3 Processo

7.4 Expulsão (fundamento)

7.5 As diversas formas de expulsão

7.6 Processo

7.7 Extradicação (motivos, princípios, delitos, distinção entre crimes políticos e terroristas)

7.8 Soberania

8 DIREITO DE FAMÍLIA

9 DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

10 DIREITOS DAS COISAS

11 DIREITO DAS SUCESSÕES

12 DIREITO COMERCIAL

13 DIREITO PROCESSUAL

14 CONTRATOS INTERNACIONAIS

15 COMENTÁRIO SOBRE ACORDOS, PROTOCOLOS DO MERCOSUL NA

ÁREA JURÍDICA

16 A ORDEM JURÍDICA NO MERCOSUL

17 PROTOCOLO SOBRE MEDIDAS DE CAUTELA

18 PROTOCOLO DE BUENOS AIRES SOBRE JURISDIÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA CONTRATUAL

19 PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA JURISDICIONAL EM MATÉRIA CIVIL, COMERCIAL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas teóricas/ expositivas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: MONOGRAFIA III- D

Código: 60-669

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Produção textual e defesa verbal oral do trabalho monográfico.

OBJETIVOS

Avaliar o trabalho monográfico de conclusão de curso na forma escrita e verbal oral.

Avaliar a capacidade de sintetização na exposição do trabalho monográfico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 TRABALHO CIENTÍFICO MONOGRÁFICO DE CONCLUSÃO DE CURSO

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de explicações sobre o trabalho monográfico e sua apresentação perante banca examinadora.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação da produção textual e da apresentação verbal oral perante banca examinadora.

Disciplina: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA V-D

Código: 60-670

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Estudo e exercício das atividades de práticas jurídicas e processuais trabalhistas.

OBJETIVO

Preparar à prática profissional, mediante exames de autos e elaboração de peças processuais; Proporcionar a prática conciliatória de mediação, bem como acompanhamento de atos na esfera judicial e extrajudicial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 DIREITO DO TRABALHO
- 2 RELAÇÃO DE EMPREGO
- 3 CONTRATO DE TRABALHO
- 4 REMUNERAÇÃO E SALÁRIO
- 5 ESTABILIDADE
- 6 DURAÇÃO DO TRABALHO
- 7 EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
- 8 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
- 9 PETIÇÃO INICIAL E REPRESENTAÇÃO
- 10 DISTRIBUIÇÃO E CITAÇÃO
- 11 DEFESA
- 12 AUDIÊNCIA INAUGURAL E CONTESTAÇÃO
- 13 MANDADO DE SEGURANÇA
- 14 HABEAS CORPUS
- 15 HABEAS DATA
- 16 MANDADO DE INJUNÇÃO
- 17 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
- 18 AÇÃO ANULATÓRIA
- 19 AÇÃO MONITÁRIA
- 20 RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
- 21 ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
- 22 AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
- 23 MEDIDAS CAUTELARES

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e práticas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projeter*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente; participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas. Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

Disciplina: JUIZADOS ESPECIAIS -D

Código: 60-671

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Análise dos Juizados Especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos – Legislação Federal e Estadual, bem como estrutura, competência e procedimentos específicos.

OBJETIVO

Estudar os Juizados Especiais: histórico, objetivos e conceitos básicos, a estrutura, competência e procedimentos específicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 HISTÓRICO

2 CONCEITO

3 DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

3.1 Do Juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos

3.2 Das partes

3.3 Dos atos processuais

3.4 Do pedido

3.5 Das citações e intimações

3.6 Da revelia

3.7 Da conciliação e do juízo arbitral

3.8 Da instrução e do julgamento

3.9 Da resposta do réu

3.10 Das provas

3.11 Da sentença

3.12 Dos embargos de declaração

3.13 Da extinção do processo sem julgamento do mérito

3.14 Da Execução

3.15 Das despesas

3.16 Das considerações finais

4 DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

4.1 Dos atos processuais

4.2 Da fase preliminar

4.3 Do procedimento sumaríssimo

4.4 Da execução

4.5 Das despesas processuais

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas e práticas, com recursos audiovisuais (vídeo, *projektor*,...), seminários, apresentação de trabalhos, discussões em grupos, elaboração de peças processuais, pesquisa na doutrina e na jurisprudência; apresentação de trabalhos pelos alunos; atendimento ao cliente; participação em audiências e/ou outros atos, com apresentação de relatórios.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas. Através de trabalhos individuais ou em grupo, assiduidade, organização, participação, organização, elaboração de peças processuais, presteza

no atendimento ao cliente, acompanhamento dos processos.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO-D

Código: 60-672

Carga Horária: 60h

Nº de Créditos: 04

EMENTA

Organização judiciária do trabalho. Ministério público do trabalho. Processo do trabalho. Prescrição e decadência. Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa e voluntária. Direito Internacional do Trabalho. Procedimento Sumaríssimo.

OBJETIVO

Estudar e analisar a legislação, doutrina e jurisprudência relativa ao direito processual do trabalho, o uso subsidiário do direito processual civil, bem como as sentenças normativas como fontes heterônomas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRABALHO

- 1.1 Justiça do trabalho
- 1.2 Jurisdição e competência da justiça do trabalho
- 1.3 Jurisdição e competência dos órgãos da justiça do trabalho
- 1.4 Composição e funcionamento dos órgãos da justiça do trabalho
- 1.5 Conflitos de competência

2 MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

- 2.1 Ação civil pública

3 PROCESSO DO TRABALHO

- 3.1 Conflito do trabalho
- 3.2 Do processo do trabalho em geral
- 3.3 Atos, termos e prazos processuais
- 3.4 Das partes e procuradores
- 3.5 Exceções
 - 3.5.1 O juiz: Impedimento e suspensão
 - 3.5.2 Incompetência: absoluta e relativa
- 3.6 Nulidades
- 3.7 Das provas
- 3.8 Da decisão e sua eficácia
 - 3.8.1 Decisões interlocutórias
 - 3.8.2 Sentenças
 - 3.8.3 Sentença normativa
- 3.9 Formação da coisa julgada
- 3.10 Processo dos dissídios individuais
- 3.11 Processo dos dissídios coletivos
- 3.12 Recursos: da fase processual até sentença final e os recursos
- 3.13 Da execução

4 PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

- 4.1 Noções gerais no direito do trabalho
- 4.2 Decadência
- 4.3 Da prescrição no direito do trabalho

5 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

- 5.1 Inquérito judicial - Apuração de falta grave
- 5.2 Ação de consignação em pagamento
- 5.3 Ação rescisória
- 5.4 Mandado de segurança
- 5.5 Mandado de segurança coletivo

- 5.6 Habeas Corpus
- 5.7 Habeas Data
- 5.8 Mandado de injunção
- 5.9 Ação civil pública
- 5.10 Ação anulatória
- 5.11 Ação Monitória
- 5.12 Antecipação de tutela
- 5.13 Medidas cautelares
- 6 DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO
- 6.1 Organização internacional do trabalho (OIT)
- 6.1.1 Convenções e recomendações
- 6.2 Tratados bilaterais ou plurilaterais
- 7 PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA
- 8 PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

DISCIPLINAS ELETIVAS

Disciplina: DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL -D

Código: 60-579

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Noções sobre os tipos de Notariado. Princípios. Fé Pública. Função notarial. Reconhecimento de Firma. Autenticação de Documentos. Outorga uxória. Regime de bens. Capacidade Civil e Emancipação. Alvará Judicial. Escrituras Públicas. Traslados. Registros Públicos. Averbação. Suscitação de Dúvida.

OBJETIVOS

Estudar os principais aspectos e atos do Direito Notarial e Registral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tipos de Notariado.
Princípios.
Fé Pública.
Função notarial.
Reconhecimento de Firma.
Autenticação de Documentos.
Outorga uxória.
Regime de bens.
Capacidade Civil e Emancipação.
Alvará Judicial.
Escrituras Públicas.
Traslados.
Registros Públicos.
Averbação.
Suscitação de Dúvida.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM-D

Código: 60-602

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

A Arbitragem. Arbitragem e Conciliação. Arbitragem Nacional e Internacional. O compromisso arbitral e a cláusula compromissória. Efeitos da decisão arbitral. Executoriedade.

OBJETIVOS

Motivar o estudo de novos meios de solução de controvérsias no plano interno e no internacional fora do âmbito jurisdicional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 ARBITRAGEM

- 1.1 Resenha histórica
- 1.2 Arbitragem pública e privada
- 1.3 Arbitragem em Roma
- 1.4 As modificações introduzidas por Justiano
- 1.5 A arbitragem na Idade Média
- 1.6 A arbitragem e a Era Moderna
- 1.7 A arbitragem no Brasil
- 1.8 Aspectos legais
- 1.9 Quem pode ser árbitro
- 1.10 Quem pode recorrer a mediação e arbitragem

2 ARBITRAGEM E CONCILIAÇÃO

- 2.1 O compositor amigável
- 2.2 Arbitragem e transação
- 2.3 Arbitragem e arbitramento

3 ARBITRAGEM NACIONAL E INTERNACIONAL

- 3.1 Resenha histórica da arbitragem internacional
- 3.2 Arbitragem internacional como meio de solução de querelas internacionais
- 3.3 Formas de arbitragem
- 3.4 O compromisso arbitral
- 3.5 Condições de validade

4 O COMPROMISSO ARBITRAL E A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

- 4.1 Conceito de compromisso
- 4.2 O compromisso como contrato processual
- 4.3 O compromisso como contrato complexo
- 4.4 Compromisso e transação
- 4.5 Natureza contratual do compromisso
- 4.6 Compromisso e negócio jurídico processual

5 COMUNICAÇÃO. A ESCUTA. ACORDOS

6 MEDIAÇÃO

- 6.1 Técnicas de mediação
- 6.2 Os passos da mediação

7 COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Disciplina: DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS-D

Código: 60-603

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Evolução histórica e constitucional dos interesses transindividuais no Brasil, analisando especialmente, meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural e outros interesses difusos, bem como os direitos coletivos.

OBJETIVOS

Analisar a evolução histórica e constitucional dos interesses transindividuais no Brasil, verificando o meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural e outros interesses difusos, bem como os direitos coletivos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PREMISSAS INTRODUTÓRIAS

1.1 Evolução histórica

1.2 Conceito

2 DIREITOS *VERSUS* INTERESSE

2.1 Interesses individuais

2.2 Interesses coletivos

2.3 Interesses individuais homogêneos

3 NOVA ORDEM DE INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

3.1 Interesses coletivos

3.2 Interesses difusos

3.3 Complexidade do direito

4 ABORDAGEM NORMATIVA DOS INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS

4.1 Considerações Gerais

4.2 As gerações de direitos

4.3 A Carta Magna e os Interesses Transindividuais

4.4 Temáticas atuais

4.4.1 Meio ambiente

4.4.2 Consumidor

4.4.3 Patrimônio cultural

4.5 A questão da tutela coletiva

4.5.1 Ação popular

4.5.2 Ação civil pública

4.5.3 Código de defesa do consumidor

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO COMUNITÁRIO E DE INTEGRAÇÃO-D

Código: 60-604

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Processos de integração e ordem jurídica. Direito Comunitário - Conceito. Fontes. Princípios Gerais e Fundamentais. Direito Comunitário e Direito Nacional. Estruturação do Contencioso Comunitário.

OBJETIVOS

Analisar o processo de integração e a ordem jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO E ORDEM JURÍDICA

1.1 A União Européia - organização orgânica e jurídica

1.2 O Mercosul e o direito da integração

1.3 Direito Comunitário - Conceito

2 FONTES DO DIREITO COMUNITÁRIO

2.1 Acordos internacionais

2.2 Tratados de constituição

2.3 Direito derivado

2.4 Hierarquia

3 PRINCÍPIOS GERAIS E FUNDAMENTAIS

3.1 Princípios gerais - conceito e espécies

3.2 Princípios fundamentais - conceito e espécies

4 O DIREITO COMUNITÁRIO E O DIREITO NACIONAL

4.1 Supremacia do direito comunitário

4.2 Integração do direito comunitário à ordem nacional

4.3 Harmonização dos direitos internos e supranacionalidade

5 ESTRUTURAÇÃO DO CONTENCIOSO COMUNITÁRIO

5.1 Direito da integração, direito comunitário e poder judiciário

5.2 Aplicação do direito comunitário

5.3 Ações, legitimidade ativa e finalidade

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

Código: 73-476

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Contribuições de Psicologia na formação do Advogado. Conhecimento da pessoa na sua estrutura de vida adulta. Influência da composição familiar.

OBJETIVOS

Oportunizar aos alunos conhecimentos básicos de Psicologia que contribuam para a formação do bacharel;

Oportunizar aos acadêmicos de Direito o conhecimento interdisciplinar entre o Direito e a Psicologia; Capacitar os acadêmicos de Direito a teorizar, problematizar e pesquisar intervenções que resultem em benefícios para os sujeitos envolvidos em realidades psicojurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 NOÇÕES BÁSICAS DE PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

1.1 Aspectos históricos

1.2 Áreas de abrangência

2 FAMÍLIA

2.1 Origem e estrutura psicológica e jurídica

2.2 Evolução histórica, social, aspectos subjetivos e legais

2.3 Casamento: aspectos subjetivos e legais

2.4 Função Paterna e Materna

2.5 Separação do casal

2.6 Guarda dos filhos

2.7 Violência na família

2.8 Adoção

2.9 Guarda

3 INFÂNCIA E JUVENTUDE

3.1 Abuso e Vitima

3.2 Conflitos com a lei

4 PSICOLOGIA E CRIMINALIDADE

4.1 Psicopatologias relacionadas aos direitos

4.2 Intervenções interdisciplinares

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: TÓPICOS DE ESTATUTO DA CIDADE-D

Código: 60-606

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Estudo da Lei 10.257 (Estatuto da Cidade), nos aspectos relacionados com o Direito Urbanístico, organização do município, propriedade urbana e sua função social, gestão democrática da cidade, IPTU progressivo e parcelamento, edificação e utilização do solo urbano.

OBJETIVOS

Desenvolver um estudo dos aspectos da Lei 10.257 (Estatuto da Cidade), no que tange ao Direito Urbanístico, organização do município, propriedade urbana e sua função social, gestão democrática da cidade, IPTU progressivo e parcelamento, edificação e utilização do solo urbano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 DIREITO URBANÍSTICO - A CIDADE LEGAL
- 2 ORIGENS E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO
- 3 ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
- 4 AUTONOMIA DO MUNICÍPIO
- 5 COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
- 6 POLÍTICA URBANA MUNICIPAL E O ESTATUTO DA CIDADE
- 7 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA NO ESTATUTO DA CIDADE
- 8 A PROPRIEDADE URBANA E SUA FUNÇÃO SOCIAL
- 9 DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE
- 10 DO IPTU PROGRESSIVO NO ESTATUTO DA CIDADE
- 11 PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO SOLO URBANO NO ESTATUTO DA CIDADE
- 12 USUCAPIÃO ESPECIAL DO SOLO URBANO
- 13 DO PLANO DIRETOR À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL-D

Código: 60-607

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Evolução histórica da responsabilidade civil, conceito, espécies, modalidades e pressupostos.

OBJETIVOS

Estudar e aplicar os fundamentos da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

2 CONCEITO

3 RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL

4 RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

5 RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA

6 PRESSUPOSTOS

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-D

Código: 60-608

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

A Criança e o Adolescente no contexto nacional e internacional. Direitos Fundamentais. Política de atendimento. Conselhos de Direitos e entidades de atendimento. Medidas de proteção. Ato infracional e medidas socioeducativas.

OBJETIVOS:

Oportunizar o conhecimento dos direitos da criança e do adolescente através do ordenamento jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NOS DIREITOS AFETOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

2 A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA (DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR E DA PROTEÇÃO INTEGRAL)

3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO DIREITO INTERNACIONAL: CONVENÇÕES SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA NORMAS E RECOMENDAÇÕES DA ONU

4 DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTATUTO: DIREITOS INDIVIDUAIS E SOCIAIS E O ECA; PROTEÇÃO INTEGRAL; DIREITO À VIDA E À SAÚDE, DIREITO À LIBERDADE

5 TRABALHO INFANTIL E JUVENIL: LIMITES AO TRABALHO INFANTIL E JUVENIL -OIT, CLT, ECA; TRABALHO EDUCATIVO; TRABALHADOR COMO APRENDIZ, SENAI, SENAC; ESTÁGIOS

6 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO E O ECA: POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. DIRETRIZES DA POLÍTICA E O ECA

7 CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

8 ENTIDADES DE ATENDIMENTO: INSCRIÇÃO E REGISTRO; EXIGÊNCIAS PARA FUNCIONAMENTO; RESPONSABILIDADES; FISCALIZAÇÃO

9 AS MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE: ININPUTABILIDADE, MEDIDAS DE PROTEÇÃO, MEDIDAS DE PREVENÇÃO; COMPETÊNCIA

10 ATO INFRACIONAL DO ADOLESCENTE: MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS; APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL; GARANTIAS PROCESSUAIS

11 ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES: POLÍCIA MILITAR; MINISTÉRIO PÚBLICO; PODER JUDICIÁRIO; DEFENSORIA PÚBLICA (ADVOGADO)

12 OS CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: REALIDADE BRASILEIRA-D

Código: 70-764

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Análise da sociedade brasileira em seus componentes econômicos, políticos, culturais, científicos e tecnológicos, investigando as raízes da atual situação e as saídas possíveis para os problemas nacionais. Análise de formas de participação política e da construção da cidadania nos dias atuais.

OBJETIVOS

Estudar a base informativa e científica atualizada sobre a realidade brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 Breve evolução histórica dos sistemas econômicos.
- 2 Globalização e Regionalização: Formação dos Blocos Econômicos;
- 3 Um panorama da evolução histórica, política, econômica, social e cultural do Brasil.
- 4 Desafios da realidade brasileira: Distribuição de renda e riqueza; Saneamento Básico, Saúde, Educação, Emprego, Sustentabilidade.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO DO IDOSO E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA-D

Código: 60-597

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Os direitos e as normas de proteção dos idosos e dos portadores de deficiência.

OBJETIVO

Estudar os direitos e as normas de proteção dos idosos e dos portadores de deficiência dentro da legislação pertinente.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IDOSO

1.1 Políticas públicas de proteção ao idoso

1.2 Direitos dos idosos

1.3 O idoso na Constituição de 1988

1.4 O idoso e o Estatuto (lei 10.741/2003)

2 DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

2.1 Políticas públicas de proteção ao portador de Deficiência

2.2 Direitos dos portadores de deficiência

2.3 O portador de Deficiência na Constituição de 1988

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Código: 80-174

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Legislação e inclusão. Língua, culturas comunidades e identidades surdas. Aquisição de Linguagem e a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

OBJETIVO

Oportunizar o contato com a LIBRAS, visando a proporcionar subsídios básicos para a comunicação através dessa linguagem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 LEGISLAÇÃO E INCLUSÃO

2 CULTURA SURDA / RELAÇÃO DE HISTÓRIA DA SURDEZ COM A LÍNGUA DE SINAIS

3 AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM DE LIBRAS / NOÇÕES BÁSICAS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: O ESPAÇO DE SINALIZAÇÃO, OS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM OS SINAIS, NOÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA LÍNGUA, A LÍNGUA EM USO EM CONTEXTOS TRIVIAIS DE COMUNICAÇÃO

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO E MULTICULTURALISMO-D

Código: 60-595

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Multiculturalismo: identidade e diversidade. Multiculturalismo e suas incidências no domínio político, social, cultural e jurídico. Multiculturalismo e Direitos Humanos.

OBJETIVO

Promover discussões teóricas, jurídicas e sociais acerca do multiculturalismo no Estado Democrático de Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 A CULTURA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

2 A SOCIEDADE MULTICULTURAL

3 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DA DIFERENÇA

4 O RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE MULTICULTURAL

5 MULTICULTURALISMO E DIREITOS HUMANOS

6 OS DESAFIOS DO MULTICULTURALISMO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO ELEITORAL-D

Código: 60-595

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

O Direito Eleitoral Brasileiro. Fontes. Organização Judiciária Eleitoral. O Ministério Público Eleitoral. Registro de Candidatos. Inelegibilidade. Propaganda Eleitoral. Votação. Apuração. Diplomação. Recursos Eleitorais. Ação de impugnação e Mandato eletivo. Crimes eleitorais. Polícia Judiciária eleitoral. Processo Penal Eleitoral.

OBJETIVOS

Promover o estudo do Direito Eleitoral e seus principais aspectos.

CONTEÚDO

1 INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL

2 FONTES

3 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ELEITORAL

4 MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA ATUAÇÃO .

5 REGISTRO DE CANDIDATOS E SEUS EFEITOS

5.1 INELEGIBILIDADE

6. PROPAGANDA ELEITORAL

7 VOTAÇÃO. APURAÇÃO. DIPLOMAÇÃO. RECURSOS ELEITORAIS.

8 AÇÕES ELEITORAIS

9 CRIMES ELEITORAIS

10 POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL

11 O PROCESSO PENAL ELEITORAL

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AValiação

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: LEIS PENAIIS EXTRAVAGANTES-D

Código: 60-601

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

EMENTA

Lei de contravenções penais. Crimes de sonegação fiscal. Crimes nas relações de consumo. Crimes de Tóxicos. Lei dos crimes hediondos. Lei de tortura. Crimes no código de trânsito brasileiro. Estatuto do desarmamento. Lei Maria da Penha. Crimes contra a ordem tributária e crimes contra a ordem econômica.

OBJETIVOS

Promover o estudo teórico das bases do direito penal e possibilitar a interpretação e aplicação das Leis Especiais Extravagantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIIS
- 2 CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL
- 3 CRIMES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
- 4 LEI DOS CRIMES HEDIONDOS
- 5 LEI DE TORTURA
- 6 CRIMES DE TÓXICOS
- 7 CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO
- 8 ESTATUTO DO DESARMAMENTO
- 9 LEI MARIA DA PENHA
- 10 CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E ORDEM ECONÔMICA

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.

Disciplina: DIREITO CANÔNICO-D

Código: 60-679

Carga Horária: 30h

Nº de Créditos: 02

OBJETIVOS

Promover o estudo teórico do Direito Canônico e possibilitar a interpretação e aplicação como fonte do Direito

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudo dirigido, fichamentos e produção textual.

AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos levará em conta todo o processo, que incorpora a avaliação de atitudes dos alunos em relação à aprendizagem, a pontualidade no cumprimento das datas de entrega dos trabalhos, a participação em sala de aula e pela prática investigativa assumida.

As avaliações serão realizadas através de, no mínimo, duas escritas, de avaliações orais, de produção textual, de produção textual e pela pontualidade no cumprimento das tarefas exigidas.